Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório

Maria Engrácia Leandro[*]
Paulo Nuno Nossa[**]
Maria José Boavida[***]

À memória de Maria Ioannis Baganha

Sobre as coisas importantes, não nos fiemos nas aparências.
Heraclito

Resumo

A problemática da família e do género nos contextos migratórios internacionais tem merecido insuficiente atenção por parte dos cientistas sociais, tanto dos que se interessam pela família, como dos que estudam as migrações. Contrariando esta tendência, numa perspectiva teórico-empírica e tendo sobretudo em conta a situação das famílias portuguesas na Alemanha e em França, abordaremos essencialmente neste texto cinco parâmetros: a família enquanto instância nómica e dinâmica; o processo de autonomia pessoal e familiar, a construção da emancipação feminina e as relações de género em contexto internacional; as mudanças em construção no seio destas famílias; os modos como este tipo de migrações favorece a realização das aspirações familiares; os efeitos decorrentes da articulação entre culturas familiares e culturas sociais vivenciadas em contextos sociais distintos, numa perspectiva intergeracional, tendo sobretudo presente as tarefas estruturantes e de transmissão da família.

Palavras-chave: Migrações, género, autonomia, reagrupamento familiar.

* Departamento de Sociologia da Universidade do Minho – engrácia@ics.uminho.pt
** Departamento de Geografia da Universidade do Minho – paulonossa@mail.telepac.pt
*** Departamento de Geografia da Universidade do Minho – boavida@geografia.uminho.pt

1. Introdução

Tal como refere J. Costa-Lascoux, as questões da família e de género nos contextos migratórios são fenómenos sociais a que a sociologia das migrações e da família não tem dado grande importância. Os vários movimentos feministas, em si, também não se têm interessado muito mais pela última destas problemáticas. Quando muito fazem-lhe referência, focalizando-se nas temáticas da identidade e da diferença, do universalismo e do particularismo. Na literatura feminista as mulheres migrantes aparecem, na maioria das vezes, indirectamente, ou de maneira recente, através das investigações sobre o desenvolvimento nos países do Sul – mulheres actoras, ou mesmo pilares do desenvolvimento –; ou ainda nos países ocidentais designadas de "mulheres mediadoras" (C. Delcroix *et. al.* 1996). No que à família migrante se refere, esta é frequentemente invocada por professores, políticos, movimentos associativos entre outros, para explicar as dificuldades de aprendizagem escolar dos filhos, sujeitos a dois tipos de socialização diversa: a da família e a da escola, bem como a da sociedade onde vivem, procurando decifrar cenários de conflito ou, inversamente, de apoio intergeracionais. Adicionalmente, este processo dissemelhante de socialização pode também ser chamado a compreender as dificuldades ou até as influências que podem culminar em situações de desvio ou, ao invés, em processos de integração social, e em menor grau no que se refere à sua própria dinâmica interna de mediação social e intercultural. Em suma, olha-se mais para a família migrante em termos instrumentais e menos em termos relacionais e de actor de mudança. Todavia constata-se que, sendo o tema das migrações o parente pobre das ciências sociais, ainda mais o são as questões relativas à família e ao género, apesar da hipervisibilidade da mulher e do impacto e influência das famílias migrantes na vida dos seus membros, bem como na das sociedades a que estão associadas, sendo que umas e outras não ficam imunes perante estas influências.

Quanto às migrações internacionais no feminino, o que se pode dizer é que, não sendo um fenómeno social novo[1] (P. Bourdieu 1962; P. Vila 1991; C. Cunha 1995; L. Trincia 2001), têm vindo a adquirir múltiplas singularidades, sobretudo desde a segunda metade do último século. Anteriormente, na maioria das vezes, as mulheres e os filhos menores partiam essencialmente integrados no reagrupamento familiar, logo mais por iniciativa do homem marido e pai, ou ficavam na terra de origem, à espera dos maridos, quais "viúvas de vivos" – como bem as definia Oliveira Martins nos finais do século XIX. Recentemente, partem muito mais em função das suas próprias aspirações, ainda que estas possam ter que ver também com a família do presente e do futuro. Há, até, cada vez mais mulheres casadas que partem antes dos seus maridos, pensando ser mais fácil encontrar trabalho, particularmente no quadro da nova reconfiguração do mercado internacional, induzida pela delegação dos trabalhos domésticos à popula-

[1] As mulheres sempre e/imigraram. Basta pensar na quantidade de mulheres portuguesas que já no século XIX se juntavam aos maridos no Brasil (C. SARMENTO 1995), na Argentina entre outros locais; mas apenas partiam em função da família ou com autorização do marido ou do pai, ao passo que na modernidade mais recente partem muito mais sozinhas e por sua própria iniciativa (autodeterminação), visando aceder a uma vida melhor. P. Bourdieu (1962) fala-nos de mulheres birmanesas que e/imigravam desde o século XIX, deixando o meio rural para encontrarem um emprego nas cidades dos EUA.

ção pobre dos países de emigração e/ou de condição social desvalorizada (P. George 1977). Porém, esta reconfiguração do mercado internacional, induzida pela delegação dos trabalhos domésticos, sobretudo à população pobre dos países do Sul, pelas pessoas ricas dos países do Norte, e em Portugal também extensivo às mulheres brasileiras e dos países de Leste, não contém menos os estigmas de uma hierarquia geográfica das desigualdades sociais; a menos que se permita conjecturar que esta conduz ao desenvolvimento de "espaços mundiais de hospitalidade", implementados por orientações políticas e humanitárias, permitindo, por esta via, travar o isolamento dos países do Sul no endividamento e na miséria, o que está muito longe de se verificar.

Insistir-se-á, ainda, no facto de o trabalho doméstico ser muito mais exercido no interior de um espaço mais preservado dos olhares indiscretos, logo com maior probabilidade de escapar ao controlo policial, no caso dos "indocumentados", pesem embora estas profundas desigualdades. Ouve-se frequentemente falar da expulsão de mulheres que não conseguem escapar às malhas da justiça, em virtude das actividades clandestinas ligadas sobretudo à prostituição ou similares, mas muito raramente devido ao exercício de outras actividades profissionais, mormente o serviço doméstico, servindo este, amiúde, de trampolim para a própria legalização e reagrupamento familiar. Nesta perspectiva, estas actividades estão para as mulheres como as da construção civil estão para os homens.

Tenha-se também presente, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População, que, em 2006, 80% das vítimas de tráfico ilegal à escala internacional são mulheres e crianças. A esperança de poderem alcançar mais rapidamente melhores condições de vida para si e para os seus, numa sociedade com mais abertura, leva as primeiras, consciente ou inconscientemente, a correrem maiores riscos, colocando-as num estado de sujeição atroz, podendo comportar várias formas de exploração e de atentados contra a dignidade do ser humano, dado que, na miragem da conquista de mais autonomia, estão também imbricadas a instrumentalização e a mercantilização das relações humanas de género, através das quais a mulher se vê compelida a utilizar o seu corpo como trunfo. Neste contexto, tendo em vista a realização das suas aspirações e a miragem da acumulação rápida e "fácil" de capital, outra forma de "escravatura" dos tempos hodiernos, algumas até se podem consentir neste tipo de situações, vergadas por fragilidades políticas (dificuldades de legalização, manutenção das desigualdades sociais e de género), económicas, sociais, culturais e de género. Deste modo, procuram nesta teia de "opções" e constrangimentos uma forma de sobrevivência, uma estabilidade, quiçá uma ascensão social pessoal e familiar, circulando em diferentes mercados matrimoniais, sexuais, de trabalho e da e/imigração.

Actualmente, em Portugal, mais concretamente no distrito de Braga, onde estudamos também este fenómeno, abundam cada vez mais situações desta natureza, escapando até às malhas da prostituição organizada, vividas por risco e conta própria, visando "enriquecer" num curto espaço de tempo, com o alvo de investirem no país de origem, inclusive na procura de uma melhor situação escolar e social para os filhos que aí deixaram à guarda de familiares. Trata-se, assim, em alguns casos, de projectos de vida tem-

porários, mas que se afiguram financeiramente muito rentáveis, apesar dos vários riscos que lhes estão associados. Interessa notar, por outro lado, a presença de uma intricada relação: algumas destas mulheres são mães, ou pensam vir a sê-lo, pelo que procuram, como outras, melhores condições de existência para si e para a sua família. Não raro, estas são-lhes negadas, tanto nas sociedades de origem como nas de destino. Não obstante, persistem em procurá-las, decorrendo deste facto o crescendo de migrações femininas internacionais, ainda que por vezes em condições aviltantes.

Aludindo às estatísticas da ONU (2006), estas indicam que a proporção de mulheres migrantes não pára de aumentar. Actualmente, há mais mulheres migrantes no mundo do que homens: 51% e 49% respectivamente, como também o afirmam Claude Zaidman e Prisca Bacelet, tendo em conta as últimas duas décadas (2003). Pode-se então dizer que a feminização das migrações internacionais é um fenómeno em plena expansão. Globalmente, a imigração feminina emerge como um facto social bastante sensível perante os dados estruturais (densidade populacional, recomposição do mercado de casamento, novas configurações da prostituição; C. De Wenden 1999; M. Ribeiro *et al*. 2007) e a inflexão dos projectos migratórios familiares (M. E. Leandro 1992, 1995b), mas também face aos novos dados conjunturais: mercado de emprego, efeitos económicos, jurídicos e políticos, novas formas de cidadania e de relacionamento social, multiculturalidades, interculturalidades, trajectórias de reprodução *versus* mobilidade social. Em geral, no que às últimas diz respeito, está associado um processo mais lento e mais profundo, pelo que são, frequentemente, mais miragens do que realidades concretas. Com efeito, designadamente no que se refere à interculturalidade, exige-se saber quem somos e o que queremos para sairmos mais ricos, se entrarmos em diálogo uns com os outros, se nos decidirmos a aprender uns com os outros e participarmos na construção de sociedades mais abertas, tolerantes e acolhedoras e não recipientes singelos de mera coexistência cultural, como acontece na maioria das vezes em que, apesar da próxima coexistência de povos e culturas diferentes, não passa disso mesmo. Cruzamo-nos e não nos encontramos, olhamo-nos e não nos vemos, vivemos lado a lado ou sobrepostos e ignoramo-nos, somos indiferentes uns aos outros. É a "multidão solitária" de que fala D. Reisman (1964).

Situações desta natureza são ainda mais densas no que às relações com migrantes diz respeito, independentemente do género. Em situação migratória, não é raro que, em vez de olhar o outro como alguém que nos é próximo, um actor e mediador de novos laços sociais entre estrangeiro e autóctone (G. Simmel 1984), pois todos participamos da mesma natureza humana, o concebamos como concorrente, distante e bastante diferente, quiçá desviante (como está a acontecer entre nós por parte de alguns actores, inclusive políticos, grupos ideológicos entre outros). Situações desta índole, em vez de darem azo a relações de proximidade, fomentam antes o medo e a desconfiança. A um nível mais geral, perante as diferenças culturais mais ou menos comuns a este e àquele grupo, tudo parece passar-se como se se vivesse um sentimento ambíguo de medo e de fascinação. Podemos, então, falar da possibilidade de se criarem fantasmas e da irrupção de forças irracionais que se acreditava serem de outros tempos e nunca conformes às sociedades do

século XXI, que se querem pluriculturais, quiçá interculturais, por maioria de razão em época de intensa globalização e em que tanto se faz apelo aos direitos humanos.

Actualmente, esta onda de estigmatização atinge tanto homens como mulheres: os primeiros mais associados à prática criminal por roubo/furto, e as segundas à prostituição, como se, em muitas circunstâncias, se tomasse a parte pelo todo. É sobretudo em situações de maior discriminação e isolamento social que a família migrante mais se revela como uma enseada, um ancoradouro onde as pessoas podem encontrar protecção e solidariedade para o bem e para o mal e, através delas, realizarem uma aspiração que é constitutiva da pessoa humana: a do reconhecimento. Daí a importância do reagrupamento familiar, seja este despoletado por homens, por mulheres ou por ambos.

De facto, nos países ocidentais verificam-se duas principais vias de migrações femininas. Uma, mais tradicional, relacionada com o reagrupamento familiar, e outra associada com o recrutamento salarial, em concomitância com a transnacionalização das migrações, onde as mulheres se vêem compelidas a aceitar salários mais baixos do que os dos homens, ainda que mais recentemente exibam qualificações escolares e profissionais iguais ou muito próximas. Ademais, se Portugal é um dos países da União Europeia onde esta realidade engloba as maiores discrepâncias, o que não poderá acontecer em relação às migrações internacionais, mais sujeitas a vários tipos de discriminação, quiçá de novas formas de exploração? De toda a maneira, muitas mulheres já não partem só para seguirem os seus maridos, mas antes emigram de "motu proprio", tendo em mira o acesso a uma vida melhor e a conquista da sua própria autonomia económica e social, ainda que não ofuscando a perspectiva de vir a constituir uma família em terras de imigração ou de melhorar as condições que deixaram na terra natal, quer de orientação quer de procriação, como bem o evidenciam quando interrogadas sobre o assunto.

Um trabalho de investigação que estamos a prosseguir no distrito de Braga junto de mulheres e famílias dos países de Leste, a par de outros que já realizamos anteriormente em países como a Alemanha e França, demonstra haver ainda bastantes mulheres que, tendo vindo sozinhas ou juntando-se ao cônjuge, aspiram agora a poder trazer para junto de si os demais familiares, incluindo os progenitores. Enquanto isso não acontece, são elas quem lhes envia dinheiro para poderem "sobreviver" melhor lá longe nos países onde nasceram. Assim, a reunificação da família nos mesmos espaços de proximidade corresponde a uma aspiração profunda e a um sentido gregário que visa reunir progenitores e descendentes, tanto numa linha vertical como horizontal em múltiplas situações. Em Braga, entre as mulheres entrevistadas, esta realidade está ainda mais patente nas que já estavam divorciadas à data da e/imigração, mas também engloba algumas que vieram solteiras e até casadas. Aliás, muitas delas, após um curto período de tempo decidem-se rapidamente pela fixação em Portugal, sobretudo quando conseguem realizar algumas das suas aspirações de partida: legalização, trabalho e habitação. Ademais, uma das particularidades das migrações dos países de Leste em Portugal é a rapidez com que os seus actores se decidem pela aquisição de casa própria, o que não foi de modo algum o caso dos portugueses que partiram para os países acima indicados (Alemanha e França). Entre os nossos entrevistados (por enquanto apenas dezoito: seis homens e

doze mulheres), encontramos somente dois homens que afirmam aspirar a regressar, dado não terem encontrado trabalho compatível com as suas aptidões escolares e profissionais, ao passo que não encontramos nenhuma mulher que se manifestasse de igual modo, apesar de também viverem esta discrepância. Algumas estão mesmo em situação de desemprego, vivendo sós ou com os filhos, recebem o subsídio de desemprego ou o Rendimento de Inserção Social. Mesmo assim, admitem que elas próprias e os filhos têm mais probabilidades de sucesso futuro aqui.

Daí que se constate, cada vez mais, que há percursos migratórios individuais ou familiares cuja iniciativa cabe à mulher, partindo só, cuja situação e aspiração familiar é plural. De qualquer modo, mesmo que venham juntar-se aos seus maridos, sós ou na companhia dos filhos, ou que venham a constituir família com um residente ou autóctone no país de acolhimento, estas mulheres assinam um projecto de vida para si e para a sua família. Ademais, as realidades estudadas mostram que, no quadro das migrações internacionais por causa económica, é a família e não o indivíduo que é primordial quando se coloca a decisão de alguém partir só ou acompanhado por mais familiares. No quadro das migrações por causa económica, normalmente e/imigram os indivíduos ou famílias que vivem precárias condições sociais de existência, e não os outros, e até se escolhem os primeiros elementos a partir em função dos interesses, estratégias e projectos do grupo familiar. Era assim com a família-tronco e continua a ser com a família conjugal (F. Brandão 1994). Há, porém, questões que permanecem em aberto: porque não emigram todos no mesmo momento e para os mesmos destinos? Porque é que no interior da mesma família, sobretudo entre irmãos adultos, uns partem e outros ficam? Porque parte primeiro o homem ou a mulher e não sempre os dois conjuntamente? De qualquer modo, para os que partem, a aspiração a uma vida melhor e com probabilidades de se realizar rapidamente é um motor fundamental que incita os indivíduos e as famílias a deslocarem-se, visando encontrar as condições para a realizarem.

Em termos de relações de género, tendo em conta o quadro familiar, os estudos sobre estas questões vêm mostrando que, com o passar do tempo, tendem a transformar-se, tendo sobretudo em conta uma nova organização profissional e familiar, a influência dos valores da nova sociedade onde vivem, e até das transformações operadas neste sentido no país de origem, como tem acontecido com muitas mulheres portuguesas que e/imigraram nos anos sessenta e setenta do século passado. Por outro lado, para muitos indivíduos as migrações internacionais são o principal contexto onde entram verdadeiramente as lógicas do trabalho capitalista, designadamente o trabalho da mulher. Em contrapartida, há estudos que revelam serem as mulheres muito mais abertas às novas influências sociais e culturais do que grande parte dos homens (I. Taboada *et al*. 1978; M. E. Leandro 1992, 1995a; V. Manry 2005).

Mesmo assim, em geral, os estudos sobre os migrantes internacionais preocupam-se mais com uma integração instrumental, isto é, de acesso aos bens e aos serviços oferecidos pela sociedade: trabalho, alojamento, transportes, saúde e segurança social, sem passarem pela integração cultural, traduzindo-se pela adopção de novos sistemas de valores, normas e aspirações mais elevadas. Segundo P.-H. Chombart de Lauwe

(1971, 18, 41, 57), pioneiro da sociologia das aspirações "As aspirações são orientadas por imagens, sinais e símbolos… Estão na charneira do individual e do social… Por um lado, a aspiração está estreitamente ligada ao projecto que é uma orientação da acção. Por outro lado, pode ser aproximada do interesse de um movimento interno do indivíduo e da influência do meio social e as condições de vida numa sociedade em transformação". Tal como os valores, tendem a modificar-se mais por efeitos da urbanização, industrialização, informatização, escolarização e dinâmica social, o que também acontece frequentemente em contextos migratórios.

Neste trabalho, procuramos ter em conta a necessidade de apreender a feminização e a familiarização dos movimentos migratórios com um olhar sociológico, que associa as noções claras de pertença social, género, dinâmica familiar, espaço, projectos migratórios, relações de (inter)dependência, autonomia, necessidades e aspirações.

É este olhar específico que nos permite avançar na análise de cinco questões que nos parecem cruciais para podermos apreender o fenómeno que vamos analisar, a saber: as migrações internacionais poderão ser uma possibilidade de realização das aspirações familiares e femininas? Os contextos migratórios favorecem a construção da autonomia pessoal e familiar e a conquista da emancipação feminina? Como se reflectem estas mudanças no seio das famílias migrantes? Será a família uma "instância nómica", isto é, um espaço de transmissão, de realização de aspirações, construção de projectos e de normas, dando sentido às trajectórias pessoais e familiares? Como se articulam as culturas das sociedades de origem com as das sociedades onde vivem e que efeitos provocam nestes actores sociais e nos seus descendentes? Procuraremos mostrar, tendo em conta trabalhos de campo realizados e em curso, que as principais características das trajectórias migratórias familiares e femininas estão fortemente correlacionadas com a pertença social, os projectos migratórios e os "vários possíveis" (J.-P., Sartre 1986) proporcionados pelas sociedades onde vivem.

2. Em busca de autonomia e de emancipação

> *Se as modalidades de repartição das tarefas se diferenciam consoante as sociedades, constata-se que em todo o lado se atribuem aos homens as tarefas prestigiantes e às mulheres os trabalhos subalternos: esta repartição é sempre orientada de maneira a que a supremacia do homem sobre a mulher não venha a ser posta em causa.*
>
> Tabet

Muitas das aspirações dos migrantes internacionais convergem em dois objectivos: possibilidade de acesso a uma vida melhor para si e para os seus e mais mobilidade e promoção social, senão para si, pelo menos para os filhos. Às das mulheres em particular, tendo também presente a situação em que podiam viver anteriormente, junta-se a procura de maior autonomia e emancipação, tanto no interior da família como na sociedade. Nas sociedades de acolhimento estas perspectivas não são necessariamente

incompatíveis, mas necessitam de esforços de conciliação, fundamentalmente porque as acções em que se empenham se desenrolam em dois espaços diferentes – o espaço social e o espaço familiar – e sob o efeito de um duplo processo: o da socialização familiar, para muitas mais profunda na sociedade de origem, e o da aculturação de tipo formal e não apenas material (S. Abou 1981)[2] ocorrido nas novas sociedades, normalmente mais modernas, industrializadas, terciarizadas e urbanizadas. Pode até acontecer que, em alguns casos, sejam oriundas de sociedades desta natureza, como é mais recentemente o caso das portuguesas que partem e das mulheres que vêm dos países de Leste e até do Brasil.

Em termos globais, o trabalho de campo que temos realizado no quadro das migrações portuguesas internacionais na Alemanha, em França, na Suíça e mais recentemente em Portugal (distrito de Braga) em relação aos migrantes dos países de Leste, permite-nos afirmar que as estratégias destas mulheres congregam simultaneamente estratégias de autonomia pessoal e a realização de projectos de vida que comportam três dimensões: pessoais, familiares e sociais.

À partida, a conquista da autonomia, ainda que relativa, é mais significativa para a mulher, e o processo de emancipação passa pelo acesso ao emprego e ao respectivo salário, pois é este que começa por lhes conceder os meios para, paulatinamente, se irem libertando dos "comportamentos de consumo por necessidade" (P.-H. Chombart de Lauwe 1971, 1975), de certas subserviências e da dominação masculina em que teriam vivido antes da migração, designadamente as que e/imigraram já no terceiro quartel do século passado. Isto acontecia sobretudo no quadro da família patriarcal, do homem chefe de família e "ganha-pão", o que, para além dos valores tradicionais, das leis[3] e das ideologias, constituía um dos pilares da sua autoridade. Com o acesso da mulher à escolarização e ao emprego, o mesmo é dizer à capacidade de dominar o desconhecido e de alcançar poder económico, é toda a ordem tradicional de género e familiar que tende a subverter-se, embora continue a haver uma economia familiar comum.

Na verdade, o dinheiro ganho com o próprio trabalho concede outros poderes significativos. Entre outros aspectos, confere mais liberdade, igualdade, independência, capacidade de autodecisão entre outras. Permite, sobretudo, melhorar o nível de vida de cada um e dos familiares em conjunto, aliás um dos principais critérios de sucesso social. O dinheiro de que dispõe um indivíduo é disto um símbolo importante. "Quanto tens quanto vales, nada tens nada vales", diz o ditado. Por outro lado, é esse dinheiro

[2] De maneira geral, em contexto migratório, os primeiros a partir, e mais concretamente no interior da família, os pais tendem a evitar a desaculturação, recorrendo a uma estratégia de aculturação parcial e material. Em contrapartida, os filhos dificilmente recorrem a esta modalidade dada a situação em que se encontram, devido a um processo de socialização simultânea na família, na escola e na sociedade em geral. Logo, são constrangidos a interiorizarem duas maneiras de pensar e agir, com predominância a que decorre dos mecanismos de influência da sociedade de residência, pelo que enveredam, mais correntemente, por um processo de aculturação formal muito mais profundo.

[3] Refira-se que a Constituição da República Portuguesa de 1933 e as suas sucessivas revisões, tendo durado até 1976, atribuía ao homem "o pátrio poder", que englobava não apenas o poder e a supremacia sobre cada um dos membros da família, como a própria gestão do património familiar, ainda que em herança este tenha sido recebido muito mais em função da mulher, como podia acontecer em certas situações. Mesmo assim, uma vez casada, a mulher não tinha qualquer poder sobre a administração do mesmo, embora o Código Civil de 1966 introduzisse algumas poucas prerrogativas para a mulher.

ganho com "suor e lágrimas" que paulatinamente permite deixar de estar associado a um comportamento que conota a decisão de emigrar com necessidades, particularmente socioeconómicas, e não com uma livre escolha, inserindo toda a experiência migratória numa óptica de brevidade e provisório: intenção de regressar a curto e médio prazo. Logo, há que maximizar os ganhos no período da estadia, o que se traduz por trabalhar e poupar o máximo, gastar o mínimo, visando a acumulação.

Neste sentido, não quer dizer que as relações familiares se possam avaliar, exclusivamente em termos comerciais ou do deve-e-haver. Ademais, nesta matéria e sobretudo nos nossos dias, o conteúdo e natureza das relações afectivas são colocados antes que os actores se orientem para outras formas específicas de transacção. Compreende-se também, em retorno, que as transferências de dinheiro efectivamente realizadas sinalizem o estado de uma relação, o investimento na individualização ou no fusional e os dispositivos afectivos ou de reconhecimento de uma dádiva. Dispondo de um espaço próprio perante o direito, o dinheiro familiar, quer em forma de património quer de rendimentos, é um modo de permuta, mas diferente do mercado financeiro, pois não é a medida de todas as coisas. Para além do material, há que contar com a importância da afectividade, a qualidade das relações e as formas de solidariedades familiares.

A partir daqui, podemos dizer que a família, comportando também permutas simbólicas, tem dificuldade em estabelecer o seu preço monetário, pelo menos para algumas situações. E como refere F. De Singly (1996), concede algo que lhe é muito peculiar: o Amor que não se compra em qualquer prateleira do super ou hipermercado, loja do centro comercial ou mercadinho da rua onde se vive. Mais ainda. Que preço atribuir a certas formas de solidariedade familiar? Normalmente, é o que diz o povo: "Dá-se e não se conta". Mas, na realidade, não é menos verdade que na família há como que uma interconexão de permutas económicas, afectivas e simbólicas. Praticamente, uma dimensão não funciona sem as outras. Como diz o aforismo, "Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão".

O importante é relevar que a relação com o dinheiro e com o ter em geral será tanto mais harmoniosa quanto não sirva para criar relações de superioridade-inferioridade, baseadas apenas em critérios economicistas, consuetudinários ou ideológicos como os de género. Interessa anotar, no entanto, que em certas situações e famílias abrangidas pelas migrações, se o critério de superioridade fosse apenas de carácter económico, seria a mulher a ocupar o primeiro lugar, na medida em que consegue ser aquela que ao fim do mês aufere o salário mais elevado, ainda que seja à custa de horas e esforços suplementares. De resto, muitos homens migrantes e os filhos reconhecem esta faceta ao dizerem: "A minha mulher, a minha mãe trabalha e esforça-se muito, por isso merece que a ajudemos". Estamos ainda numa fase de fazer concessões, bem expressas na ideia de ajuda e não de direito-obrigação. Por um lado, a mulher vê-se reconhecida como igual e, por outro, cada um tem o grave dever de participar nas tarefas domésticas, pois que delas também beneficia.

Na situação das porteiras há que contar ainda com os "menu services et des avantages nature": para além da casa, água, luz e gás gratuitos, acrescem pequenos serviços

no quotidiano, retribuídos em formas de prendas ou de gorjetas, sobretudo por ocasiões festivas como a do Ano Novo. Estes donativos-compensações podem não ser despiciendos em termos da economia pessoal e familiar, ou mesmo em termos de reconhecimento dos membros da família. Basta pensar que, quando uma família em França cuja mulher exerce esta profissão pensa regressar a Portugal, fá-lo a partir deste evento social.

Não será assim difícil demonstrar que, para muitas mulheres de condição social modesta, a e/imigração aparece como o primeiro passo e espaço onde é possível realizar muitas das suas aspirações e, quiçá, muito mais rapidamente do que as suas congéneres de igual condição social que ficaram no país de origem, pesem embora as transformações internas que se vão verificando, tal o caso português. Por alguma razão uma mulher portuguesa que e/imigrara para a Alemanha nos finais do século passado nos dizia em 2000 não querer regressar à sua terra, pois usufruía lá de condições que nunca antes tivera, e também não previa poder vir a tê-las na terra que tinha deixado; até quando comparava a sua situação com a das que aí permaneciam, incluindo as irmãs, a diferença ainda era grande. Na sociedade para onde se deslocou a grande maioria pode, ao mesmo tempo, dispor de mais meios económicos que lhe permita ir bem mais longe do que satisfazer as exigências básicas de subsistência pessoal e familiar. Se na aldeia a venda de coelhos, galinhas, legumes e frutas, entre outros elementos, complementada hoje com algumas horas de trabalho doméstico nas cidades vizinhas, permitia(e) à mulher ter as suas próprias economias, o "seu pé-de-meia" que pode gastar por sua própria "conta e risco", no contexto migratório ela também encontra outros meios para o fazer (sobretudo horas suplementares), o que não invalida um sentido colectivo dos recursos no interior da família. A investigação que em 2006 prosseguimos na região parisiense junto de várias famílias portuguesas com mais ou menos tempo de migração ou mesmo binacionais é clara a este respeito, sobretudo para o caso de empregado(a)s com salário mensal fixo. Continua a haver uma tendência para a prática de um orçamento familiar comum, ainda que sujeito a contas distintas, em virtude de os salários serem pagos directamente pelo banco das respectivas empresas (M. E. Leandro 2006). Comportamentos desta natureza podem ser interpretados como uma partilha incondicional das transferências económicas, qual ideal de um casal indivisível, da família unida e quiçá da "família fusional" (L. Roussel 1989), que mantém à distância toda a forma de cálculo e de transacção condicional, pelo menos enquanto houver um ou vários projectos comuns. Deste modo, o problema da dívida e da equidade não se coloca. Está-se no registo do que M. Sahlins (1976) apelidava de "reciprocidade generalizada", regime que considerava de modo universal, próprio da economia doméstica. Há também em muitas famílias migrantes que temos estudado a prática de aforro do ordenado de um dos cônjuges, transferindo-o directamente para a conta-poupança, mais comummente o do homem, ficando o ordenado da mulher mais adstrito às despesas do dia-a-dia. O que a realidade nos permite dizer é que as maneiras de utilizar o dinheiro no seio destas famílias é plural, modificando-se de uma família para a outra, tendo em conta os processos de socialização, as características dos projectos que as mobilizam e a abertura das mentalidades a mais ou menos individualização e inversamente.

Além disso, estas mulheres deixam de ser, tão-só, as gestoras do ordenado ou outros recursos ganhos pelo marido, para se tornarem também elas em agentes de recursos económicos para si e para a família, ganhos com o seu trabalho profissional, o que mais contribui para a sua autonomia. Esta mais-valia, começando por introduzir mudanças pessoais significativas, induz também profundas transformações no seio da família, sobretudo ao nível das relações de género, pondo em causa a supremacia dos homens e a hierarquia conjugal. Por outras palavras: tradicionalmente, sendo o género, até meados do século XX mais confundido com o sexo, que ditava a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, com o acesso ao emprego, a uma maior abertura das mentalidades e à exigência de outros comportamentos num novo contexto social, perante as leis do país onde vivem e as novas condições sociais e familiares, vai-se passando para uma situação em que o género forma um campo ou o meio através do qual o poder é articulado no interior da família. Ao parecer que cedem ou descem do seu pedestal, também os homens são ganhadores na medida em que contribuem para outra harmonia familiar, para a sua própria transformação comportamental e maior respeito pela dignidade familiar de cada um e de todos em conjunto. Progressivamente, com mais eficácia, é toda a ordem familiar tradicional que se transforma, até nas suas características essenciais através da construção de uma forma mais negociada e mais equilibrada, bem como de uma redefinição dos papéis de género e a emergência de novos dados de permuta e de comunicação intraconjugal e familiar.

Tal como acontece noutros meios sociais e familiares, passa-se mais facilmente da atitude de autoridade à de negociação, instaurando-se cada vez mais a lógica da contratualização nas relações do casal e nas dos pais-filhos. Tendo em conta a transmissão de valores no seio da família e as modificações sociais operadas, também se denota uma maior "autonomia" dos filhos, traduzida numa maior capacidade de intervenção familiar, maior liberdade de saídas, mais tolerância face às diferenças e uma maior permissividade por parte dos pais em relação aos costumes tradicionais. Aparecem agora outros significados na qualidade das relações familiares, mais conformes aos novos ventos da mudança, que se produz com o decorrer do tempo e das próprias dinâmicas sociais e familiares. Por exemplo, um pai interrogado por nós acerca da qualidade das relações que tinha com os seus filhos, comparando-as com as que tinha com os seus pais, diz-nos de imediato não haver comparação entre umas e outras. "Falo muito com os meus filhos sobre qualquer assunto. Não há segredos nem medos entre nós como acontecia com os meus pais, sobretudo com o meu pai que era mais severo do que a minha mãe. Também aqui, na Alemanha, os pais têm que ter muito cuidado. Se forem duros para com os filhos e eles se queixarem vêm logo os professores ou as assistentes sociais a casa. A situação hoje é muito diferente. Temos que educar de outra maneira" (Homem, 44 anos, serralheiro).

O passo seguinte consiste em transmitir que o estatuto profissional das mulheres, conferindo-lhe outra legitimidade familiar, também contribui para o seu reconhecimento fora da família. Sem perder o seu valor, nas sociedades em que temos estudado estes fenómenos, o casamento e a família não constituem para as mulheres migrantes,

casadas ou não, a única fonte de afirmação e reconhecimento. O emprego abre-lhes as portas para outras relações sociais. Daí que os comportamentos manifestos traduzam rupturas com os modelos e concepções familiares anteriores, dado que se afiguram mais orientados para os valores das sociedades modernas onde vivem: maior individualização, igualdade, liberdade e autonomia pessoal e familiar, o que se manifesta muito concretamente numa maior repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, maior autonomia económica ao nível individual, diminuição do número de filhos, recorrendo sem restrições às práticas anticonceptivas de prescrição médica, outros olhares e cuidados com o corpo, e muitas rupturas familiares quando não predomina o sentimento de felicidade pessoal e grupal.

Nestas transformações, o papel das mulheres afigura-se decisivo. O casamento e a família "tradicionais" serviam-lhes para se instalarem na vida (M. Segalen 2002). Agora não se afigura ser mais o caso, dado que, à semelhança das mulheres autóctones, elas vão adquirindo a sua autonomia no trabalho, na sexualidade, na maternidade, pois para as mais velhas foi aqui que se iniciaram na contracepção médica e nas demais componentes da vida social e cultural numa sociedade urbanizada e hipermoderna, logo muito diferente do contexto aldeão que deixaram para trás. Com o prolongamento da estadia e uma maior abertura ao contexto social envolvente, as mulheres migrantes e a sua família tendem a incorporar novos valores e modos de vida ainda que, por parte dos homens, estas mudanças passem frequentemente por uma fase de concessões, antes de se alicerçarem em transformações mais profundas.

Refira-se que em Portugal é após 1974 que aparece a primeira geração dos direitos humanos, fazendo prevalecer o indivíduo sobre a família e o social. Ora, nos países para onde os emigrantes partiram, tal premissa já se verificava há mais tempo. Assim, será em princípio claro que, do modelo tradicional da família como instituição e fundamento da ordem social, passou-se para um modelo mais individualizado em que a família é agora concebida como um dos espaços de existência dos indivíduos, ademais muito valorizado e enaltecido por todos. Esta individualização manifesta-se na economia das relações intrafamiliares com a ideia de contratualização, nas aspirações no domínio privado, mas também no direito. A "firma familiar" aparece, então, como uma "sociedade de responsabilidade limitada" em que o casamento, como um contrato, tem frequentemente uma "duração limitada" entre dois parceiros cujas relações estão inscritas num paralelismo entre relações familiares e relações amigáveis, ambas fundamentadas numa escolha. Com o passar do tempo, não é raro que situações semelhantes se verifiquem entre os migrantes, pois também entre eles aumentam várias formas de rupturas familiares.

Em termos de adopção destes novos valores é frequente passar-se por uma fase de reinterpretação (S. Abou 1981), isto é, um tipo de aculturação em que se interpretam os novos valores em função dos anteriores, tendo que ver com a profunda mudança das maneiras de pensar e agir. Contudo, o facto de as sociedades de onde se partiu terem também enveredado por profundas transformações a este propósito contribui para acelerar e solidificar a mudança em terras longínquas. Quantas vezes portugueses

em França e na Alemanha, quando interrogados sobre as diferenças que sentiam no comportamento dos jovens ou dos filhos, comparando-os com o que se passava em Portugal, nos respondiam com um certo conformismo: "Em Portugal agora ainda é pior do que aqui". Denota-se, assim, que a reinterpretação das novas vivências, enquanto educadores, legitimava-se ainda na fronteira entre a sociedade de origem e a de residência, sendo que as profundas mudanças existentes na primeira fundamentavam as que já há muito existiam naquela onde viviam há mais ou menos tempo. Caídas por terra as legitimações culturais anteriormente vividas em Portugal, mais não lhe restava que adaptar-se ou mesmo enveredar progressivamente por um processo de "aculturação formal", ou seja, aquela que, inconscientemente ou não, atingia as maneiras de sentir e de pensar. S. Abou (1981) considera que esta aculturação é essencialmente apanágio dos filhos e não dos pais, uma vez que os primeiros são socializados desde tenra idade em dois códigos culturais: em casa, o da família, e na escola, o da sociedade onde vivem. O que se modifica essencialmente no contacto com a sociedade dominante são as estruturas perceptivas, mnemónicas, lógicas, afectivas e simbólicas. Nesta situação, o processo de reinterpretação inverte-se: a cultura de origem dos pais é reinterpretada em função da nova cultura. Ainda que hoje vivamos em época de globalização e de coexistência transnacional das culturas, não é claro que os pais, logo desde os primeiros tempos da migração, adoptem estes comportamentos, tendo em conta os mecanismos de necessidade que os incitaram a partir em busca de uma vida melhor.

3. Da autonomia pessoal e familiar à autonomia social

Considera cada prazer, não como começa, mas como acaba.
Cícero

Fica claro que a estas autonomias está, também, associada a autonomia social, na medida em que a aquisição de um estatuto profissional exerce aqui uma influência determinante. Graças a ele, as mulheres, e com elas a família, conquistam uma autonomia que alarga o seu círculo relacional e rompe com a fronteira dos muros da casa e da família, permitindo o acesso a outros círculos de socialização e de relação. Ainda que muitas passem do simples espaço doméstico onde exercem um trabalho gratuito em favor da sua família para outro(s) onde vão exercer um trabalho profissionalizado, esta passagem constitui toda a diferença, quer em termos normativos, quer materiais, temporais e sociais. À partida, introduzem-se no espaço privado de famílias burguesas, abrindo-lhe outras formas de relação e até de socialização com novos valores conjugais, familiares, culturais e sociais. Quantas mulheres transportam para o seu espaço doméstico muito do que vão aprendendo no das outras mulheres e famílias onde trabalham (M. E. Leandro 1992; 1995a; C. Leite 1999). Estas influências vão produzir efeitos na linguagem, nas práticas de consumo e contracepção, servindo, não raras vezes, as

patroas de "conselheiras de planeamento familiar"[4], sobretudo para as que partiram há mais tempo –, na alimentação, na organização do seu próprio espaço doméstico (pois viver em família é atribuir-lhe um espaço de residência), nas relações familiares, tanto ao nível da conjugalidade como da parentalidade e da filiação, e na maneira de se conceberem a si mesmas e a cada um dos outros.

Frequentemente, é a mulher que serve de intermediária entre a família e a sociedade, entre as relações privadas e as relações públicas, dado ser ela que se ocupa mais das tarefas administrativas, dos serviços de saúde e da segurança social, da escola e até da aquisições de bens no quotidiano familiar. Para tanto contribui, em muitos casos, a fragmentação dos horários de trabalho, um melhor domínio da língua, a colaboração dos filhos muito mais escolarizados, uma maior capacidade de informação designadamente junto das patroas onde trabalham e, em geral, o próprio capital de relações que vão construindo, com particular destaque para as porteiras. Casos há em que esta característica, podendo ser vista como um ganho, também pode trazer consigo alguns conflitos familiares, mercê de alguma "jalousie", inveja ou ciúmes da parte de alguns homens. Estes conflitos podem não ter nada que ver com o afectivo e o conjugal ou mesmo parental, mas antes com o reconhecimento social, considerando-se o homem ultrapassado pela mulher nas várias facetas da vida familiar e social, como acontece em algumas famílias que estudamos. Constatamos de facto que em certas situações podem desencadear-se alguns conflitos conjugais que, a par de outras razões, conduzem ao divórcio. É um homem complexado que, ao sentir-se defraudado de algo que queria prerrogativa sua, se observa inferiorizado perante o à-vontade e a supremacia da mulher para lidar com várias situações e relações sociais.

Sublinhe-se que as relações íntimas, ou seja, as que dependem das interacções que decorrem de uma atenção particular entre duas pessoas e não se estendem a um terceiro interveniente, assentam, em diversos graus, sobre a confiança. O aspecto positivo da confiança é que supõe a influência mútua perante o risco. O seu aspecto menos benéfico é trazer a cada um dos parceiros um conhecimento e uma consideração do outro que, se vier a difundir-se, poderá prejudicar o seu estatuto familiar e social, senão real pelo menos presumido, como acontece frequentemente. Baseada nestes aspectos, a confiança é, muitas vezes, assimétrica. Por exemplo, uma criança ou um jovem têm tanto mais confiança nos pais quanto estes confiarem neles e inversamente. Porém, a verdadeira intimidade implica um grau mínimo de reciprocidade na confiança, o que, "grosso modo", acontece no seio das famílias que temos estudado, ainda que se confirme o provérbio, segundo o qual "Não há regra sem excepção". Até porque nestes contextos, a grande maioria dos homens tem perfeita consciência de que este capital relacional da mulher também constitui uma mais-valia para toda a família de que é

[4] "Os meus filhos já nasceram em Paris: primeiro o rapaz e depois a rapariga. Quando esta nasceu, logo que voltei a trabalhar, a minha patroa falou comigo e disse-me: agora que já tem o casal vai comigo ao meu médico. Fala com ele sobre o que acabámos de conversar e ele vai receitar-lhe a pílula. Assim, se não quiser, não virá a ter mais filhos. Foi o que aconteceu. Quando tinha alguma dúvida ou queria saber mais alguma coisa era com a minha patroa que falava em primeiro lugar. Aprendi muita coisa com ela que antes de vir para aqui desconhecia" (M., 6.º ano de escolaridade, 64 anos, porteira-empregada doméstica).

parte integrante. Frequentemente, destas relações decorrem também para eles outros benefícios, redundando em horas de trabalho de "bricolage" em casa dos patrões da mulher ou dos proprietários do imóvel a quem serve na qualidade de porteira, para além das prerrogativas materiais de que usufrui toda a família: habitação e outras despesas fixas que, sendo outorgadas gratuitamente, constituem um benefício importante para a economia familiar.

Pode-se então apreender o contexto migratório como espaço possível da recomposição das tarefas e papéis individuais e familiares, mas em situações bem diferentes do passado e, sobretudo, no assumir de atitudes e comportamentos, tarefas e funções que antes pareciam mais vedadas às mulheres, mas de que toda a família vem a beneficiar. Simultaneamente, alarga-se o círculo das relações sociais fora da família, dos amigos e da comunidade de pertença originária.

4. A aprendizagem duma nova língua

A linguagem humana é um dos fenómenos mais complexos onde a actividade do cérebro e do social está implicada ao mais alto nível.
G. Lazorthes

Em contextos migratórios, a aprendizagem da língua da sociedade afigura-se essencial para criar novas relações com o meio envolvente. Com efeito, a linguagem é o que exprime a abrangência do desejo e do poder que confere ao reconhecimento a sua última finalidade: a de ser, a todo o momento da existência e mesmo no termo desta, um triunfo da vida sobre a morte, do sentido sobre o não-sentido (L.-V. Thomas 1975). Criadoras de cultura, as dimensões simbólicas são mediatizadas por uma língua e por uma linguagem, o que assume particular importância em contexto migratório internacional (M. E. Leandro 2002c). Antes de mais, os indivíduos em presença para se reconhecerem terão antes que se conhecer e poderem comunicar entre eles. Aqui, o contacto directo com os autóctones exige a partilha de uma língua e de linguagens mais ou menos comuns, o que não é evidente nos primeiros tempos. Em muitas situações, é a profissão que, através dos contactos directos com a(o)s patroa(õe)s, ou até com colegas de trabalho na empresa, advém para homens e mulheres numa verdadeira escola linguística. Todavia, não é por acaso que em todos os países que estudamos, de maneira geral, as mulheres portuguesas falam muito melhor as respectivas línguas do que os homens. Fenómeno idêntico, também o encontramos em Braga, junto dos migrantes dos países de Leste. Os homens trabalham frequentemente com compatriotas, o que, por um lado, lhes concede a faculdade de poderem falar a língua materna entre eles, e por outro, amplia a desvantagem, traduzida em maiores dificuldades no domínio fluido da língua do país onde vivem e constroem o seu "espaço de vida" (D. Corgeau 1988). Para as mulheres a realidade é bem diferente. O contacto directo e mais intenso com os autóctones constitui uma mais-valia para a aprendizagem da língua do país. A probabi-

lidade de tal acontecer tem também que ver com o facto de as patroas e, sobretudo, as crianças terem logo o cuidado de, espontaneamente, fazerem as necessárias correcções.

Compreende-se então que, esforçando-se por aprender a língua do país onde residem e escolhendo recorrer a esta mesma língua nas conversas com os filhos, elaborem estratégias que lhes permitam aceder à circulação no espaço público, de início possivelmente acompanhadas por estes, tanto ao nível das instituições da segurança social e da saúde, administrativas, escolares e religiosas, como no simples decorrer da vida quotidiana. Aliás, é muitas vezes com os filhos que as mães aprendem a escrever na língua do país, ou aprofundam esta dimensão, quando seguem cursos organizados para o efeito, quase sempre ao nível associativo, como acontece frequentemente na actualidade com os migrantes dos países de Leste em Portugal. Assim, as mulheres enveredam mais rápida e consistentemente por um processo de aculturação que vai produzir efeitos sobre toda a sua trajectória migratória e de integração social. Por exemplo, transformam mais rapidamente a sua aparência visual, designadamente as mais novas, tornando-se mais "coquettes", um pouco à semelhança das autóctones. Também cuidam mais de si cuidando dos outros (T. Joaquim 2006), ou seja, da aparência dos maridos e dos filhos.

O exemplo permite fazer apelo à célebre estratégia de (in)visibilidade dos migrantes internacionais (R. Park *et al.* 1969 [1921]), logo que enveredam por estratégias de integração social. Uma delas consiste em não se revelar como tal no espaço público, porque neste contexto a invisibilidade consiste em poder existir fora de um olhar estigmatizado do outro. Mas procuram esta invisibilidade – e ainda mais as mulheres, em função dos espaços, dado que algumas não querem investir nos locais públicos onde residem, podendo fazê-lo noutros desconhecidos sob forma de anonimato – para escaparem à estigmatização que poderá estar associada à condição de imigrante, ainda mais quando se suspeita poder não pertencer ao grupos dos "bons imigrantes". Porém, quando falam bem a língua, a questão põe-se com muito menos pertinência, uma vez que, com algumas excepções, designadamente para algumas mulheres africanas e muçulmanas a nível de indumentária e muitas vezes do fenótipo, conseguem passar muito mais despercebidas.

A situação das mais novas é ainda mais notória. "Para que havemos de andar aqui a cantar as janeiras em português na rua? Já não se gosta e se fala tanto contra os imigrantes; era melhor sermos discretos". Era o que dizia há uns tempos uma jovem de 17 anos, estudante, nas ruas de Paris XVI. Assim, é construída uma hierarquia entre língua "materna" e língua da sociedade de residência, espaço público e espaço privado, espaço conhecido e espaço desconhecido, utilização ou não de sinais externos de pertença a outras culturas algo distantes daquelas onde vivem, o que pode dar azo a muitos "fantasmas no quotidiano" (L.-V. Thomas 1984).

Como adverte E. Goffman (1982), em matéria de estigmatização, é necessário ter em conta não só o "desacreditado" mas também o "desacreditável", ou seja, os estigmas imediatamente perceptíveis e os que, inversamente, só se vislumbram em situações singulares, como por exemplo, no facto de ter que revelar uma característica que o identifique com o grupo estigmatizado, como acontece frequentemente com a língua

em contexto migratório. Daí que tantos jovens filhos de portugueses recusem falar a língua portuguesa em público, reservando o seu uso apenas para os espaços intramuros da família e da comunidade portuguesa, ainda que se queira fazer crer o contrário, alegando que a língua portuguesa é uma língua de cultura. Sem negar esta premissa, tenha-se também em conta que nos contextos de forte imigração portuguesa é antes uma língua de imigração para os seus falantes e para os seus ouvintes.

Além do mais, falar na língua da sociedade de residência permite melhorar sobremaneira a sua posição no espaço profissional, reforçar uma certa autonomia e até ter mais probabilidades de acompanhar o processo de escolarização dos filhos, abrindo-lhe outros horizontes sociais e profissionais. Aliás, nesta óptica, em todos os casos que investigámos na Alemanha e em França, relativos à participação nos Conselhos de Pais na escola, eram sempre as mulheres que eram seleccionadas para assumirem esta tarefa. Por outro lado, importa relevar que, geralmente, na fase inicial, podem também ser as mulheres mães que mais contribuem para veicular a língua da sociedade de origem, o que nem sempre conta com a adesão total dos filhos. Daí acontecer frequentemente o fenómeno inverso: porque os filhos falam continuadamente na língua de socialização escolar e social, induzem os pais, e designadamente a mãe com quem conversam mais, a falar quase sempre na mesma língua que eles, o que se vai incorporando cada vez mais. Múltiplos estudos feitos sobre esta matéria, desde há muito tempo em vários países e continentes (G. Noiriel 1988, Silva 1998), vêm revelando que a designada "cultura de origem", enfraquecida e desestruturada através do "desenraizamento" progressivo e consecutivo à e/imigração, vai-se tornando incapaz de se opor à interiorização, muitas vezes inconsciente, das normas dominantes por parte dos filhos de migrantes. A facilidade com que assimilam a língua do país onde residem, ainda que os pais não a falem bem, ao contrário da de origem, advém do seu valor emblemático, provando toda a vanidade da argumentação em termos de "distância cultural", opondo uma "soi-disante" cultura europeia a qualquer outra. Nesta perspectiva, e o caso dos portugueses não é o menos singular, todas as crianças que são socializadas no país de residência, por definição, incorporam a cultura desta sociedade e são incorporadas por ela, segundo as modalidades que reproduzem a diversidade e as desigualdades próprias da sociedade em questão (meio social, profissão, região onde vivem…).

No mesmo sentido actua a própria aprendizagem por via de observação e experiência directa ao nível da língua e de novos valores que se afiguram cruciais para um processo de aculturação progressiva. É uma forma de estes jovens se tornarem agentes da mudança no seio da própria família. Por outro lado, a claustrofilia linguística (uso da língua materna, comunidades culturais, RTP Internacional), embora tenha vantagem para os recém-chegados e para manter as relações com a cultura portuguesa, tem também o seu preço, pelo menos em termos de adaptação ou inserção profissionais para os mais novos, para não falar de integração social.

5. Influência do casamento binacional

A harmonia invisível vale mais do que a visível.
Heraclito

À partida o casamento binacional, habitualmente designado de "casamento misto", pode ser concebido como um espaço de intersecção e de interacção social do direito entre estrangeiros e as normas sexuadas que presidem à construção conjugal. Frequentemente, para lá das razões emocionais, este é considerado como uma aspiração à promoção e integração social. Aliás, na Alemanha, entre os portugueses da Baviera, quantos pais, sobretudo mães, nos diziam com orgulho, ao contrário dos primeiros tempos da imigração: "O meu filho(a) está casado(a) ou vive com um(a) alemã(o)". Refira-se que, segundo dados do "Statistik Datenverarbeitung", entre 1993 e 2003, 70% dos casamentos de jovens portugueses na Alemanha eram binacionais: portugueses-alemães. Para as mulheres, estes são muitas vezes desejados como sinal de maior promoção, abertura, libertação e integração social, tendo presente que consideram os homens dos países onde residem mais abertos em matéria de género e de igualdade no seio da família, alcançando por esta via maior proximidade de outros membros da sociedade. Ainda na Alemanha, uma mulher portuguesa divorciada dizia, em 2000, que se não tivesse imigrado seria muito mais difícil conseguir o divórcio por parte da família e do meio social na região do Porto. "Depois não voltei a casar. E se o fizer só o farei com um homem alemão que tem outra concepção da vida, da família e dos direitos de cada um, homem e mulher. Os alemães são mais modernos, ajudam mais em casa do que os portugueses, mesmo se também eles têm mudado, mas ainda são diferentes".

Para além de razões de ordem afectiva e familiar, denota-se em mulheres como esta uma aspiração profunda à plena integração social e um desejo de ruptura com um passado mais constrangedor, afigurando-se o casamento binacional como um dos factores mais favoráveis para o efeito.

O modelo de vida esperado traduz-se, frequentemente, por aspirações conformes aos valores da cultura individualista dominante: um emprego, uma casa, uma família para escapar à segregação social e espacial a que se submetem frequentemente os grupos de condição social modesta ou em qualquer situação de dominação. Não admira, pois, como afirma P.-H. Chombart de Lauwe (1971, 73), que "As aspirações a novas formas de vida estejam ligadas às aspirações relativas a outras formas de poder". Este poder não é procurado por si mesmo, mas antes pelo que permite realizar e ser, como é a capacidade de ter mais meios económicos: comprar o automóvel, construir a casa ou comprar o apartamento, gozar férias, proporcionar aos filhos um futuro melhor, aceder a outras relações sociais e conhecimentos, alimentar-se e vestir-se melhor, cuidar mais do corpo – mesmo se alguns consideram que têm "um corpo para trabalhar" –, da saúde, da estética pessoal e dos familiares, poder ir ao cinema (pelo menos os filhos), comer no restaurante, ir a Lourdes, à Áustria, a Roma, à Terra Santa, poder auto-afirmar-se, convidar amigos para casa e presenteá-los com uma boa refeição, dar presentes aos

familiares, ser socialmente mais reconhecido entre outros. Tantas aspirações pessoais e familiares já realizadas e outras à espera de oportunidade de realização.

Tenha-se presente que, sobretudo para os migrantes portugueses que partiram na segunda metade do século passado, era um viver sem presente, na medida em que poder usufruir destas prerrogativas era protelado para um pós-regresso à terra natal. Entre outras consequências, produziram-se efeitos na escolarização dos filhos mais velhos, rapidamente orientados para o profissional, situação que só mudou passados dez, quinze, vinte anos, quando os projectos iniciais sofreram verdadeiras inflexões. Da ideia de regresso passa-se muito à de fixação; do investimento predominante no material passa-se muito mais ao cultural, em favor de percursos escolares bem mais prolongados para os filhos. Normalmente, em situações desta natureza isso pode consistir essencialmente na capacidade de se poderem libertar de tudo o que se traduz por qualquer forma de pobreza e necessidades, opressão, dominação ou desvalorização social real ou simbólica, dando azo a qualquer forma de discriminação ou estigmatização social. No caso das mulheres das migrações, pode traduzir uma aspiração a quererem libertar-se de tudo o que no passado as oprimia ou as impedia de se poderem considerar mais livres e autónomas e assim verem mais respeitada a sua dignidade.

Podemos então apreender o contexto migratório como espaço possível de transformação dos sistemas de valores familiares, sociais e culturais e ainda da recomposição das tarefas e papéis familiares, mas em situações bem diferentes do passado e sobretudo no exercício de tarefas que antes lhes pareciam vedadas. Simultaneamente, modificam-se os projectos migratórios, podendo os filhos beneficiar da migração dos pais e do novo contexto social que lhe proporcionaram.

6. A família como suporte em terras de migração

> *A vitalidade das relações familiares constatada através de uma observação mais atenta resiste, apesar das medidas que procuram articulá-las no seu papel de suporte social.*
>
> Agnès Pitrou

O apego à família, em terras de imigração, tem que ver com o que é por si mesma, qual entidade e "útero social" (J. Duvignaud 1986), onde cada um nasce para a vida, e com certos valores que lhe estão associados, incorporados durante o período de socialização mais intensa. Trata-se, particularmente, de certos hábitos, de entreajuda e solidariedade familiar, convivialidade, cumplicidades em termos de projectos pessoais e grupais, ou ainda de um conjunto de saberes e crenças que constituem frequentemente um legado familiar. Isto sem dizer que as rupturas familiares no contexto migratório não são múltiplas e plurais. Têm particularmente que ver com a passagem da tradição à modernidade ou com a articulação entre elas, como no caso das relações pais-filhos e conjugais, pois também nestes meios os divórcios e separações aumentam, mais por iniciativa das mulheres, agora mais autónomas e mais emancipadas, bem como as dissen-

sões entre pais e filhos. Contudo, a família constitui aqui um núcleo central, a célula de base para onde converge a vida em comum, de algum modo "um reduto de segurança" num mundo desconhecido, em alguns aspectos talvez adverso. Um mundo para o qual ninguém estava preparado, pois que por ninguém foi devidamente explicado, ainda que os que partiram primeiro possam passar directa ou indirectamente informações aos que aspiram a partir.

A acomodação constante dos comportamentos às exigências tácitas da sociedade de residência em muitos casos tornar-se-ia muito difícil se os imigrantes não encontrassem no meio familiar e até na comunidade de origem, a possibilidade de se exprimirem espontaneamente, tal como são, com a certeza de serem compreendidos e efectivamente aceites. É frequente, quando estes meios vêm a faltar, os imigrantes caírem em doenças de toda a ordem, sobretudo do foro mental. Por vezes, os que vivem sozinhos apenas conseguem escapar à solidão através da amizade calorosa que podem viver com os amigos e compatriotas que lhe servem de apoio afectivo. É nestes grupos restritos que se desenvolvem as relações primárias. Mas também não é raro que, nos primeiros tempos de imigração, tal membro da família, psicologicamente mais frágil, venha a sofrer de depressão. É frequente situações desta natureza acontecerem a mães de família que não trabalham e que durante o dia ficam privadas de amizade e companhia em terra estrangeira. Ao invés, uma vez restabelecidas, logo que começam a trabalhar, ainda que seja a meio tempo, a pouco e pouco conseguem criar redes de relações de cordialidade e amizade que as ajudam a sair dessa situação.

De qualquer modo, as estratégias elaboradas pelos migrantes e designadamente pelas mulheres consistem em procurar um princípio regulador e unificador entre os três quadros que os envolvem, procurando estabelecer uma coesão entre aspirações pessoais, familiares e sociais. Nem sempre é fácil conseguir esta conciliação que exige equilíbrio e coerência para que umas não se sobreponham ou incomodem as outras. O risco é tanto maior quanto os indivíduos estão ligados por relações de género, conjugais, filiais e parentais implicando uma adesão ao grupo familiar, mas também a valores da sociedade envolvente que nem sempre poderão estar em perfeita harmonia. Tal articulação supõe esforços permanentes para manter um equilíbrio dinâmico entre as diferentes forças em presença, a saber a necessidade de autonomia e individuação – ambas encorajadas pelas sociedades ocidentais – por um lado, e os da afiliação e identificação, por outro, tendo também presente a família como primeira instância de formação da identidade e de "socialização iniciática" (J. Madureira Pinto 2007).

Mesmo para os filhos, quando a família lhes parece constrangedora e sufocante, porque talvez mais associada a certos valores tradicionais, como, por exemplo, o investimento no trabalho e na poupança, ela não permanece menos uma fonte de equilíbrio e de bem-estar. "É quando vamos com a escola para fora que mais começamos a sentir falta da família e o valor que tem para nós. Quando estamos sempre todos juntos parece-nos que os nossos pais nos impõem muitas regras e até nos aborrecemos com os irmãos. Mas quando estamos longe deles começam logo a aumentar as saudades do nosso cantinho familiar. Os pais, os irmãos, a nossa casa, a nossa comida…" (Mulher,

17 anos, 11.º ano de escolaridade). Em termos afectivos e materiais a família ocupa um lugar central na concepção dos projectos migratórios (M. E. Leandro 1995b, 2004), ainda que as relações nem sempre sejam harmoniosas, tendo em conta, por um lado, as transformações que nas sociedades ocidentais atingem a família e, por outro, as mudanças mais intensas desencadeadas pelos processos migratórios mais confrontados com a passagem da tradição à "modernidade inacabada" (J. Pavageau *et al*. 1997). Esta concepção da família, enquanto pilar fundamental da organização e existência dos indivíduos é simultaneamente reveladora da intensidade dos laços familiares nestes contextos e da sua singularidade, características que implicam uma forte solidariedade entre os seus membros. De resto, estas facetas são reconhecidas por todos individualmente e pelo grupo familiar no seu conjunto.

Outrossim, o contexto migratório, separando frequentemente os parentes do grupo familiar que ficou na sociedade de origem, tende a intensificar os laços que os unem à volta do casal e dos filhos em terras de imigração. Daqui decorrem, frequentemente, formas específicas de vida familiar, como uma maior consolidação dos laços familiares de entreajuda que, por vezes, não chega a ser reconhecida pelos habitantes do mesmo meio social. Porém, nem sempre assim sucede. Na Alemanha e em França, é frequente ouvirmos dizer que os portugueses têm um espírito de família diferente dos nacionais, precisamente em termos de solidariedade, convivialidade e cumplicidade, esquecendo que, para lá de valores familiares distintos, há um contexto social urdido por rupturas, distâncias, isolamentos, (re)composições, inovações, proximidades e aberturas diferentes das dos que sempre viveram no torrão natal. Mais do que um valor transmitido de geração em geração, a solidariedade familiar representa neste contexto quase um dever que se impõe a todos. O suporte familiar não representa só uma obrigação. É um princípio de vida e um elemento fundamental das relações familiares.

Interessa notar que a fusão familiar consiste frequentemente numa estratégia de enraizamento. Esta estratégia dos pais determina a dos filhos. Naturalmente, e num mesmo movimento, a família reforça as defesas culturais para resistir à alteridade ameaçadora, que pode representar a sociedade de residência, e reforça os laços afectivos para ultrapassar a tensão provocada através dos contactos repetidos com o meio envolvente. Importa referir que esta estratégia tem por objectivo proteger os filhos contra a ameaça "redutora" da sociedade onde vivem, tendendo a impor o seu modelo cultural, permitindo-lhes integrarem-se de maneira "criadora" nesta sociedade, isto é, poderem afirmar a sua identidade cultural de origem, susceptível de reconciliar a família com a sociedade.

Com efeito, dividindo o mundo em dois sectores, o imigrante fantasia um "interior", onde deixa de exercer o seu papel de pai, e um "exterior", onde o exerce em aparência. Dito de outro modo, não distingue o seu papel de pai na família – que passa a ser reconhecido apenas após o reagrupamento familiar, e não apenas de trabalhador como acontecia anteriormente – do seu papel parental de novo cidadão ou, mais precisamente, submete o primeiro ao segundo. Deste modo, para se enraizarem na sociedade onde vivem, muitos pais refugiam-se na profissão. Para se fazerem reconhecer traba-

lham desalmadamente a ponto de os filhos os acusarem de virem para tal ou tal país numa estratégia sobrevalorizadora dos bens materiais e/ou aforro.

A esta carência familiar do pai opõe-se, com maior prevalência, a solicitude da mãe, mais próxima e mais disponível para os membros da família, inclusive para o pai, a quem confere mais apoio afectivo sempre que dele tenha necessidade. Ela assume uma série de tarefas e iniciativas que noutro contexto, e quiçá noutro tempo, lhe seriam atribuídas, libertando-o duma parte das suas preocupações e dando-lhe a segurança afectiva necessária para afrontar, sem ser perturbado, uma outra sociedade e o seu código cultural. Em suma, a mãe fusiona o seu papel com o do pai consentidor, retirando-lhe, simbolicamente, o que antes lhe era conferido como uma segunda natureza. Esta simbiose cria de algum modo na família um ambiente de "superprotecção" que reequilibra as relações entre pai e mãe e pais e filhos. Porém, em relação aos filhos, a família tanto pode exercer uma pressão dificilmente suportável, sobretudo quando quer manter a todo o custo os valores que transportou consigo ao passar as fronteiras, como afigurar-se como enseada de apoio.

O apego à família denota-se também pela manutenção de certos hábitos e gostos culinários, de que as mulheres migrantes têm sido as principais depositárias e transmissoras, bem como na transmissão de valores religiosos – preservação de festas e ritos, ou outras associadas à terra de origem. Chegam a levar-se das despensas, das lojas e dos mercados da terra natal para as malas de viagem, e destas para o congelador, os ingredientes para, exactamente nas mesmas datas e em honra dos mesmos acontecimentos ou figuras sagradas, se poder saborear o mesmo menu culinário: cá e lá, numa estratégia recordatória e de aglutinação. Desta maneira, mitigam-se as distâncias e as fronteiras culturais, ao mesmo tempo que se restaura a comunhão entre os que ficaram e os que partiram. Muito concretamente, pode dizer-se que as mulheres das migrações, querendo aceder aos bens da modernidade, continuam a preservar certos traços identitários, mas agora em fase de recomposição (M. E. Leandro e A. S. Leandro 2002). Como acentua A. Nunes de Almeida e M. Vieira (2006, 94) "… a mudança transporta, não raro, traços de continuidade do passado, aspecto que faz do presente uma realidade multidimensional, onde se cruzam temporalidades contrastadas. Mesmo assim, a reconfiguração da paisagem familiar é relevante".

Enfim, a família pode ainda ser vista como suporte em termos de saúde. É bem conhecido o facto de não faltarem doenças psíquicas e psicossomáticas manifestas em vários tipos de depressões entre os portugueses da imigração. Muitas vezes, são atribuídas ao isolamento e à frustração, estando solteiros e/ou isolados, homens ou mulheres, em maior situação de risco. Decerto que a família é aqui, como aliás noutras situações, um factor de preservação (E. Durkheim 1985 [1897]), embora em situações de disfuncionalidade também possa, ela própria, reproduzir mais doenças do mesmo tipo ou outras similares, como se verifica em várias situações que analisámos em 2006, algumas das quais atribuídas a conflitos de normas ainda existentes entre pais mais zelosos de certos valores tradicionais, antagonizando com outros valores defendidos pelos filhos. De qualquer modo, tenha-se presente apenas alguns aspectos essenciais que se têm vindo a

revelar benéficos para a saúde dos portugueses a par de outros mais maléficos: acesso a outros níveis e modos de vida, permitindo-lhes modificar as práticas alimentares e de higiene, aumentar os conhecimentos, frequentar mais assiduamente os serviços de saúde e investir mais na prevenção (quiçá na promoção da saúde, apesar de exercerem profissões desgastantes e, em certas situações, habitarem em espaços exíguos). Mas nem por isso consideram menos profícuo, a este respeito, o facto de viverem em países com muito bons serviços de saúde, o que se traduz por um valor importante alcançado durante as suas trajectórias de vida.

7. A família como veículo de transmissão

O homem é mortal pelos seus temores e imortal pelos seus desejos.
Pitágoras

Mesmo correndo o risco de generalizações, podemos afirmar que, em situações migratórias, a família torna-se frequentemente um "nicho de identidade", sobretudo na sua função educativa e de suporte social. Numa sociedade estranha, muitas vezes confusamente diferente, os pais sentem mais do que nunca que têm que dar aos filhos uma identidade, um sentido de pertença. Daí interessarem-se por tudo o que está associado à cultura de origem: a transmissão da língua, as especialidades culinárias, a religião, os símbolos nacionais e desportivos, o encontro entre compatriotas, o folclore, uma certa forma de ser família, de se relacionar, de criar sociabilidades entre outras. A transmissão, entre gerações, de valores, bens, representações e muito mais, induzindo a noções de trajecto, de travessia, de passagem, aplica-se a vários campos do saber e de disciplinas científicas diferentes, tanto das designadas ciências exactas como das demais. Daí que a transmissão abranja dados biológicos, culturais e sociais complexos e inaparentes induzidos pela sua utilização.

Quanto aos primeiros, segundo G. Lazorthes (1998), são os genes transmitidos entre as gerações que asseguram a continuidade de uma cadeia de vida que tende a imortalizar-se, dado que o gene desafia os séculos. A única vitória que se alcança sobre o tempo é obtida através da procriação. Daí que ao indivíduo efémero se oponha a espécie imortal. Por sua vez, Shakespeare afirmava que, com a excepção da linhagem, nada pode defender contra o desgaste do tempo. Em contrapartida, através das migrações, as gerações procriadoras, para lá da transmissão biológica, procuram não a reprodução da sua condição, mas antes a mobilidade social para os filhos e netos; e, se a realidade nem sempre revela a realização destas aspirações, também abundam as situações em que as mesmas se concretizam. Pense-se, por exemplo, nos filhos de portugueses imigrantes, hoje cidadãos americanos, que acederam a lugares importantes nos quadros políticos dos Estados Unidos, mas também a posições de destaque no mundo empresarial, ou lugares de estatuto social similar neste e muitos outros países, sem que nestes domínios se verifique um legado familiar de transmissão económica e social.

No entanto, transmitiram decerto outro património de valores que associado, às possibilidades suscitadas nas sociedades para onde partiram, às dinâmicas familiares e sociais, abriram novas oportunidades para o futuro dos filhos. Como afirma J. Madureira Pinto (2007, 24) "… os saberes operários (tradicionais) caracterizam-se fundamentalmente por serem imanentes à acção e por terem nesta o seu veículo de expressão primordial, só raramente substituído pelo modo de expressão figurativo ou por uma retórica eminentemente descritiva e muito estruturada. São saberes que, por isso, se transmitem sobretudo através da própria prática"; e acrescentaremos nós: através de uma determinada concepção da vida e do alcance das oportunidades oferecidas ou procuradas.

Neste sentido, todo o ser humano chamado à vida entra num mundo humano e social que necessariamente o precede, englobando-o como uma totalidade antropológica matricial. Esta é a realidade de uma civilização onde cada um se inscreve em relação a uma comunidade de sujeitos-actores. De facto, a civilização constitui no interior de um determinado "espaço-tempo" uma figuração da vida humana nas suas dimensões criadoras: os conhecimentos, as técnicas, as expressões simbólicas, as tradições, as práticas, as instituições, oferecida sob variadas formas. Esta figuração da vida, simultaneamente histórica e mundana, representa o pedestal da humanidade através do qual se fundamenta todo o exercício de transmissão, na medida em que esta permanece, antes de todas as coisas, uma actividade humana (C. Lévi-Strauss 1971).

Na humanidade, sabemos existir uma forte imbricação entre "natureza e cultura". A primeira não se representa, não se fundamenta e não se exprime através de recursos imediatos da cultura, e esta não deixa de retirar da natureza as suas possibilidades de expansão. Assim, toda a prática humana (o que diz respeito a acções voluntárias visando resultados concretos) é tanto cultural como natural (*idem*; M. Mauss 1967; E. Sapir 1967). A transmissão, como prática humana intergeracional, não está isenta desta dupla determinação condicionando, de algum modo, toda a actividade em sociedade.

Sem sombra de dúvida, é possível reparar que a transmissão é expressão de um dinamismo de continuidade da espécie na sua própria vida, ainda que M. Mead (1971) fale do "fosso de gerações" em termos socioculturais. O que se transmite é, antes de tudo e de todas as coisas, a vida na sua identidade humana e social. Neste sentido, a transmissão não se dirige contra a morte que procura ultrapassar sem deixar de a reconhecer (L.-V. Thomas 1991).

Transmitir a vida, em tudo o que a engloba, conduz a lutar contra a obra mortífera de uma temporalidade irreversível que parece tudo arrastar numa indiferenciação definitiva e ainda mais em contexto migratório sempre atravessado pela dinâmica da ruptura, do dilaceramento, do novo, do (des)fazer/(re)fazer ou, como diziam W. Thomas e F. Znanieck (1996 [1918]) da (des)organização/(re)organização. Na verdade, a vida transmitida nas suas múltiplas facetas contém em si a sua própria figuração no seio de uma civilização onde revela a sua fecundidade. Desta maneira, a transmissão drena, em si mesma, com maior ou menor amplitude e intensidade, a riqueza, a cultura e a civili-

zação onde tem lugar. Inclui no seu movimento uma imensa herança de humanidade, cujos actores nem sempre têm consciência disso. A força da transmissão implica o colocar-se em trajecto, o que sem dúvida acontece nas migrações e nas famílias, quiçá em conflito, mas também em conhecimentos, procedimentos, valores, narrativas fictícias ou históricas, inclusive das próprias trajectórias migratórias dos pais, modos de vida, maneiras de sentir, pensar e agir e… enfim, de múltiplos dados culturais e civilizacionais. Fundamentalmente, transmitir equivale a dispor em condições de travessia um património familiar e cultural que ultrapassa os indivíduos e as gerações, sabendo que este os ultrapassa duplamente, através da amplitude das riquezas adquiridas, e que serve de receptáculo ao poder educativo que possui. A transmissão é, neste contexto, a chave de um universo de expressões humanas e sociais que se coloca em perspectiva numa prática transitiva dependente do espaço familiar e cultural onde se opera.

Tenha-se presente que a transmissão seja de que ordem for – iniciação, aprendizagem, exemplaridade, testemunho no que se refere mais directamente à educação dos mais novos – é plural e constitui um processo dinâmico. Na perspectiva intergeracional, vive-se cada vez mais numa situação em que não são apenas as gerações progenitoras que exercem essa função junto das gerações descendentes (filhos, netos e até bisnetos), mas também estas têm cada vez mais probabilidades de, em termos culturais e sociais, serem transmissoras de elementos novos às anteriores. Basta pensar como é que uma e outras interiorizam e utilizam as novas tecnologias e os saberes que lhes estão associados. Assim, no seio da transmissão a questão da interacção intergeracional familiar não é de somenos importância. No contexto migratório a interacção directa e espontânea através da comunicação linguística, isto é, da linguagem traduzida numa língua falada e apreendida nos significados que contém, cria relações pessoais, familiares e sociais singulares atrás mencionadas. Entre outros aspectos contém o impacto da coesão e da continuidade/ruptura que se quer assegurar e construir numa dinâmica intergeracional.

Importa aludir ainda à questão da transmissão linguística. Frequentemente, e sobretudo nos primeiros tempos da imigração, tendem a coexistir duas línguas e duas ou mais linguagens, ou mais umas do que outras, consoante as gerações: a dos pais – mais orientada para a língua e linguagem de origem – e as dos filhos – mais direccionadas para a língua e linguagem do país de residência. No quadro do trabalho de campo realizado na região parisiense, ao interrogarmos um jovem acerca das suas preferências linguísticas em termos da religião portuguesa ou francesa, responde-nos de imediato que preferia a francesa, tendo presente a maneira como transmitia a religião e a associava às várias vivências, e acrescentava: "Por exemplo, na missa, antes do 'Sanctus', em francês em resposta à exortação 'Elevé votre coeur vers le Seigneur' responde-se – 'Cela est juste et bon', ao passo que em português para a mesma exortação utiliza-se a expressão 'Corações ao alto' ao que se responde 'É nosso dever, é nossa salvação'. Em francês há um convite ao louvor, à livre expressão de um sentimento, ao passo que em português a resposta aparece com um sentido de imposição-obrigação, ou mesmo de interesse. Rezamos assim porque temos o dever e para que daí retiremos algum interesse" (Homem, estudante universitário, 21 anos). O que mais se revela aqui é que a

transmissão veiculada por esta ou aquela língua tem consigo o peso duma cultura, duma simbologia mas também o que se modifica a nível dos conteúdos e da carga semântica (o que se transmite), das modalidades (como se transmite) ou das finalidades (porque se transmite). Sendo a língua um dos meios de comunicação privilegiada, para que esta seja possível, e muito concretamente num contexto migratório internacional em que se utiliza mais uma língua do que outra, por escolha ou por contingência das próprias condições linguísticas, importa que as palavras utilizadas exprimam a realidade referencial, ou seja, a que reenvia à realidade social e cultural vivida. Na situação em análise, está em questão a língua transmitida pela família, a língua transmitida pela sociedade e a língua escolhida pelos falantes. Deste modo, organiza-se um triângulo de comunicação: o significante da palavra escolhida e um significado que reenvia a um referente.

Com efeito, o contexto de humanidade onde se inscrevem todos os procedimentos de transmissão comporta figurações sociais diferentes: o meio familiar e a sua história, a cultura, a religião, o contexto social, a estrutura educativa, a tradição comum ou que em conjunto se vai forjando. Daí que o acto de transmissão integre, na forma e no conteúdo, o espaço humano e social onde se efectua, implicando objectivos bem definidos, mas subordinados aos valores e condições sociais de existência e aos projectos de futuro, como acontece particularmente em situação familiar migratória.

Há que ter também em conta o facto de os migrantes passarem, ou terem passado, de uma sociedade tradicional relativamente uniforme a uma outra qualificada de ultramoderna, bastante complexa, levando a alguma dessincronia familiar quando se vive mais isolado, como se verifica em culturas mais fechadas, sejam quais forem as razões dessa situação. Registe-se, contudo, que entre as migrações que temos estudado, especificamente as portuguesas para a Europa, constata-se uma preocupação em transmitir valores, boas maneiras, honestidade, amor ao trabalho, ética do esforço e do mérito, uma religião, bens materiais, enfim, um património familiar, mas muito menos um estatuto social. Este quer-se agora construído e conquistado. Nesta perspectiva, recusa-se uma sucessão, preconizando antes o sentido de procura de uma mobilidade social ascendente. Não se procura transmitir uma condição sociocultural, mas antes construir uma outra com o compromisso das duas gerações em presença. É uma forma de sublinhar a maneira como se concebem e estruturam as transmissões familiares nestas situações determinando, enfim, a transmissão de uma cultura familiar que engloba também ela aspirações e projectos orientados para a mobilidade social intergeracional.

A fidelidade a uma herança familiar passa também pela transmissão de uma história incluindo a história migratória dos pais e quiçá dos avós. Também aqui há um legado constitutivo de património familiar de género e da sua própria identidade. Basta repararmos como os filhos de migrantes internacionais são, quase exclusivamente, aqueles que têm uma identidade diferenciada. São sempre considerados a segunda ou terceira geração, ou jovens oriundos da imigração (ao menos são os únicos a sair de algum fenómeno social), imigrantes, quando afinal a grande maioria deles nem sequer imigrou. Mesmo entre nós, os filhos de portugueses que nascem nos países de imigração são "luso-descendentes", ao passo que se for um filho de diplomata é única e simples-

mente português como qualquer um de nós. Ora, somos todos segunda geração em relação à anterior, bem como todos somos luso-descendentes porque nos consideramos descendentes de lusitanos (M. E. Leandro 2000b; J. Portugal Branco 2004).

Há neste fenómeno como que um projecto de continuidade, apesar das rupturas decorrentes do próprio processo migratório e dos sucessivos ou paralelos actores sociais. E quanto mais estes tomam consciência do seu processo de aculturação a valores transmitidos por outras instâncias de socialização ou de contacto mais ou menos aturado, mais necessidade parece haver de conservar algo da herança familiar, o que de resto está muito em voga nos nossos dias, designadamente no que se refere aos objectos, mas também ao interesse pelas genealogias familiares. Só que esta herança articula-se com outras normas e valores transmitidos ao longo da escolarização, das actividades sociais e profissionais, a partir dos quais se elaboram os novos sistemas de valores. Como toda a herança familiar, também esta resulta de uma triagem efectuada através dos valores transmitidos pelos pais, dos quais os filhos pensam guardar os que mais lhe interessam, ou julgam mais conformes ao seu sistema de referências e de representações acerca da mulher, do homem, do filho, da filha, dos jovens e da vida em geral. Estes valores são, ademais, reinterpretados em função do contexto cultural em que vivem e das suas próprias expectativas. Dir-se-á que este facto tem mais que ver com os filhos. Todavia, pelo menos em parte, também se relaciona com os pais na medida em que os dois últimos aspectos exercem grande influência sobre eles.

8. Investir em si investindo na família

> *As aspirações estão na charneira do pessoal e do social. É impossível estudá-las sem situar as pessoas que as exprimem no conjunto das estruturas sociais, na sua cultura particular e no movimento histórico onde estão implicadas.*
>
> P.-H. Chombart de Lauwe

Em contexto migratório, a família, talvez mais do que em qualquer outro contexto, ocupa um lugar fundamental na vida dos migrantes. Entre outros aspectos, serve de amparo, protecção e ninho que aconchega (G. Bachelard 1984 [1954]), particularmente em situações que podem provocar isolamento, ansiedade e até alguma angústia em virtude de uma certa marginalização e estigmatização. Particularmente para os pais, a realidade indica que os sucessos relacionados com os membros da família fazem também parte do seu sucesso pessoal e conjugal. Em termos de género, frequentemente a mulher, pela amplitude da sua capacidade de intervenção em dois tabuleiros – o familiar e o social, e neste último pela rede de relações que consegue mobilizar –, pode ser considerada como um dos actores fundamentais da dinâmica familiar, até no exercício da sua capacidade de mediação entre os filhos e o pai, a família e a escola, a família e o administrativo, a família e o trabalho, a família e a sociedade.

Por sua vez, os filhos, em virtude dos processos de socialização através da escola e da sociedade em geral, podem também ser considerados "sujeitos-actores de dinâmica

familiar" (M. E. Leandro 1992, 1995), designadamente em matéria de novos valores e até mesmo na maneira como conseguem, ainda que sem o seu prévio consentimento, mobilizar os projectos familiares a seu favor, designadamente em função dos processos de escolarização e de profissionalização, em suma, de preparação do seu futuro que, tanto os pais como os filhos, aspiram a que sejam de mobilidade social ascendente. Transferir para os filhos a razão de ser da sua existência plasmada em projectos migratórios está bem manifesto em expressões como estas: "Imigrei porque não queria que os meus filhos tivessem um futuro igual ao meu. Queria que vivessem em melhores condições". Logo recusa-se a reprodução social. Realizados os projectos migratórios iniciais, mais de carácter material, alegam não regressarem ainda para "não prejudicar a escolarização dos filhos". Denota-se, então, uma inflexão nos projectos migratórios a favor dos filhos. Mais tarde dizem: "Continuo aqui porque não quero lesar a integração dos meus filhos". Logo que os filhos se empregam e formam a sua família de procriação na sociedade onde nasceram ou somente cresceram, dizem: "Não volto para Portugal porque é aqui que tenho os meus filhos e netos e os serviços de saúde são melhores".

Convém referir que os filhos reconhecem que os pais se esforçam muito para que possam ter um futuro diferente do deles. Por isso, merecem respeito, carinho, não desilusão, antes ajuda e admiração. Em tais condições, a família apresenta uma dimensão gregária, apesar de uma maior individualização de cada um. Neste contexto, todos tendem a congregar esforços para que os projectos de uns sejam os dos outros, contribuindo cada um a seu modo para que se realizem: os pais trabalhando intensamente para que material e culturalmente nada falte aos filhos e estes, por seu lado, são incitados por aqueles para enveredarem por uma "ética do esforço" (M. E. Leandro 1992; 1995), para poderem alcançar o tão almejado sucesso escolar, profissional e social. De algum modo, em termos materiais e simbólicos, as aspirações de uns não se afastam tanto das dos outros, e é em conjunto que as visam realizar. Não obstante, tenha-se presente que, em termos de valores, a simbiose pode não abranger tanto esta sintonia, dado que, em geral, os filhos são muito mais abertos aos ventos da hipermodernidade (G. Balandier 1988). Além do mais, dominam melhor outros saberes do que os pais, que têm a função de os educar. Todavia, não se pode ignorar o facto de os contextos e heranças familiares influenciarem largamente o "destino" dos indivíduos, mesmo que o não queiram ou pelo menos desejem. Porém, somos dos que acreditamos que, à partida, não há determinismos absolutos.

No caso das famílias migrantes dos países de Leste em Portugal a questão reveste outras peculiaridades, como nos revelam alguns extractos de entrevistas. "Vim porque a vida estava muito má no meu país. Ganhava-se muito pouco e às vezes não se conseguia emprego ou perdia-se o que se tinha. Logo, não havia dinheiro. Passado pouco tempo vieram os meus filhos. Pensamos ficar cá. Os meus filhos estão na escola portuguesa e são bons alunos, apesar das dificuldades da língua. Mas falam muito melhor que eu. Aprendo muito com eles. Espero que façam um curso superior como eu também fiz no meu país. O pior é não encontrar um trabalho compatível. Com eles espero não ser assim, porque estudam e querem ficar cá" (Empregada doméstica, curso superior, 41 anos).

As aspirações aqui são diferentes. Uma vez que muitos vieram com enorme capital cultural, sem deixarem de incluir a escolarização e o futuro dos filhos, investem simultaneamente na sua própria promoção profissional e social e desejam para os filhos um estatuto social, pelo menos equivalente ao que tinham antes de emigrarem. À partida, está aqui mais presente e expresso um projecto de individuação e de reprodução social, congregando também a família, do que no caso dos portugueses em estudo.

Importa realçar que a família também prolonga e completa o papel das instâncias sociais, sobretudo ao nível da escolarização dos seus filhos, encorajando-os e fazendo todos os esforços para que possam adquirir um estatuto social e profissional valorizado. E sobre estes aspectos muito concretos a influência e intervenção da mãe tem-se vindo a revelar fulcral, nos países onde temos vindo a estudar estes fenómenos. No caso das portuguesas, poucas são aquelas que possuem formação escolar que permita contribuir ou reforçar o capital escolar dos filhos – de resto, mais escolarizados que as suas mães –, contrariamente à grande maioria das mulheres mães que vêm dos países de Leste. Aquelas, porém, dão apoio aos filhos essencialmente através do apoio moral persistente e continuado junto dos filhos, encorajando-os a ir mais longe nos estudos, principal garante de mobilidade social quando se nasce pobre e vive num contexto migratório. Dispõem-se ainda a trabalhar mais horas, ganhando mais dinheiro para pagarem apoio educativo aos filhos ou para que nada lhes falte, inclusive sob o ponto de vista de indumentária, de modo a que não sejam identificados com a imigração dos pais. É que, em parte, o (in)sucesso escolar dos filhos, nas sociedades contemporâneas, investindo sobretudo na qualidade do diploma escolar como passaporte para o futuro, é também, e mais ainda nos contextos migratórios, identificado com o (in)sucesso dos projectos migratórios, pelo menos como foram concebidos pelos pais.

Tenha-se, também, presente que, em muitas situações, o sucesso dos projectos migratórios é muito mais o resultado duma conduta de vida "ascética" (M. Weber 1964; M. E. Leandro 2000a) do que a simples "fortuna" que possam angariar durante a trajectória migratória, sem que se possa dizer que, tendo trabalho ou estando reformados, vivam miseravelmente. Por exemplo, em França, segundo dados do INSEE (1994), tendo em conta a pertença social, os portugueses eram os que tinham melhor nível de vida, entre todos os emigrantes que viviam no país. Convém contudo ter presente que para o conseguirem também souberam tirar partido das condições, aberturas e influências da nova sociedade onde se instalaram, não se recusando, por exemplo, a aceitar trabalhos mais duros, mal pagos e desvalorizados e investindo ainda na poupança, embora com outros objectivos e sem o tal comportamento de "necessidade de consumo por preocupação" (P.-H. Chombart de Lauwe 1975). No que às mulheres diz respeito, podemos dizer que continuam tão corajosas como as mulheres que ficaram na aldeia, mas com aspirações tão modernas como as mulheres da sociedade onde residem, tirando partido dos novos possíveis pessoais, familiares e sociais. Na Alemanha, a situação é ainda diferente para os que vieram no quadro da subcontratação, composta essencialmente por homens sós, a viverem frequentemente em alojamentos colectivos.

9. Comportamentos de necessidade em contextos familiares migratórios

Decidi em primeiro lugar fazer a lista das evidências irrefutáveis.
Umberto Eco

Como se compreenderá, o comportamento humano intersecta sempre uma vertente individual e social, em virtude dos processos de socialização e de sociabilidade a que os humanos são sujeitos. Daí que definamos o comportamento social como um conjunto de práticas e de atitudes predominantes nos indivíduos do mesmo grupo social, motivado por necessidades e aspirações semelhantes. Trata-se de precisar para os comportamentos sociais estudados e de certa maneira para os comportamentos sociais em geral, por um lado, quais são as relações entre eles e os diferentes elementos do meio social e, por outro, quais são as razões destes comportamentos. O interesse teórico do problema é tanto maior para nós quanto a noção de comportamento tem uma influência crucial em ciências sociais e humanas. A importância prática daí decorrente não é menos negligenciável, porque a ignorância dos verdadeiros motivos dos comportamentos torna, na maioria das vezes, inoperante todo o esforço de organização e de previsão.

Muito concretamente, em contextos migratórios, há sobretudo uma lógica de acumulação individual e familiar, tendo em vista o acesso a uma vida melhor, senão no imediato, pelo menos a médio e longo prazo. Isto reflecte-se, normalmente, em todos os aspectos da vida pessoal e familiar, inclusive na aprendizagem de várias línguas para os filhos. O que se afigurava, então, mais importante era assegurar a subsistência básica e amealhar. Para além destas lógicas, os gastos económicos eram envolvidos de parcimónia.

Todos os estudos e leis sobre estas matérias, conhecidos desde Engels (1973) sobre a proporção dos gastos nas diferentes rubricas das despesas familiares relativas à alimentação, à habitação, ao vestuário e às diversas despesas, afirmam que estas variam no conjunto do orçamento e em função dos recursos. Os trabalhos de M. Halbawchs (1913), com excepção do vestuário, vieram confirmar a teoria de Engels (1973), o que também se verifica no caso das famílias migrantes. De facto, ainda que a rubrica da alimentação possa assumir a maior proporção das despesas nas famílias de condição social modesta, uma vez que visa a sobrevivência quotidiana, nas famílias migrantes, a investigação que temos realizado indica-nos que, enquanto não atingirem um patamar de realização dos projectos iniciais, também a do vestuário é visada, dado poder ser considerada "despesa supérflua", embora em outras ocasiões símbolo de melhoria de nível de vida.

Procura-se economizar igualmente nas despesas com o alojamento. Opta-se por um espaço exíguo, ainda que daqui decorram muitos e variados problemas, sendo o da estruturação do espaço para a formação das crianças um dos mais relevantes, a par da falta de condições mínimas de bem-estar. O que se pretende é gastar o mínimo, economizando para investir num grande espaço habitacional dotado de todo o conforto moderno, mas na terra natal. É o tempo em que muitos filhos criticam os pais, acu-

sando-os de apenas investirem num conforto adiado e que até pode vir a não se verificar. Esta visão dos filhos é premonitória, dado que a grande maioria dos pais, mais tarde, optam pela fixação nos países para onde partiram, reservando a casa construída em Portugal apenas para férias, testemunho local do seu esforço, símbolo da concretização do seu projecto de vida.

Seja como for, entre homens solteiros ou que partem e vivem sem a família, impera muitas vezes a lógica do "mercado do sono" e o síndrome da "cama sempre quente", isto é, uma cama sempre ocupada pelo que se levanta e o outro que se deita logo a seguir, quando trabalham por turnos ou ainda, um quarto dividido por várias pessoas, procurando economizar o máximo. Estes casos foram frequentes no bairro de lata de Champigny nos anos sessenta do século passado e tanto quanto sabemos ainda existe hoje, até em Braga, em situações similares. Estes mecanismos são ainda extensivos às actividades de lazer fora da comunidade de pertença e a muitos bens culturais. Verifica-se, então, que se opta por um comportamento de "necessidade por preocupação" em vez de "interesse livre" (*idem*).

No âmbito da sociologia, coube a P.-H. Chombart de Lauwe ser o primeiro a analisar esta problemática, tendo em conta as noções que acabam de ser indicadas, junto da classe operária na região parisiense. Num estudo sobre as preocupações económicas, publicado em 1956, o autor mostrou que num mesmo grupo social se verificavam as mesmas circunstâncias e o interesse livre pelos mesmos objectos. A partir destas premissas pode dizer-se que o comportamento social de um grupo mais ou menos homogéneo, em virtude da pertença social, está ao mesmo tempo associado às condições de vida e aos modelos culturais que orientam as suas preocupações e o seu interesse.

Ora, o mecanismo posto em oscilação pela decisão de e/imigrar, partindo do estado de necessidade e das aspirações a mudar de vida, age sobre os seguintes eixos:

> a) coloca em jogo um processo de catalisação das aspirações e reivindicações, que é tanto mais rápido quanto maior é a distância sociocultural entre o patamar donde emanam as aspirações e o limiar para que tendem;
>
> b) neste processo, as intervenções políticas ou de assistência e os elementos exteriores da sociedade onde os migrantes se encontram inseridos (alojamento, salário, meios de comunicação e lazeres) funcionam como "factores de aceleração" e não de travão das aspirações e, por conseguinte, do processo reivindicativo, alargando o leque entre sistemas e reivindicações;
>
> c) um autêntico "reducionismo e mudança" opera-se nas aspirações do imigrante e da sua família em função da aquisição, no mais curto espaço de tempo, dos elementos indispensáveis para sair do comportamento de preocupação, tendo presente a segurança em relação ao trabalho, alojamento, segurança económica e realização dos projectos migratórios;
>
> d) tudo isto com um efeito algo frustrante e proporcionado à redução, que se traduz, por um lado, numa atitude de protesto em relação ao sistema político e de assistência (tanto em relação ao país de origem como ao de chegada), ao qual

se atribui o preço a pagar para se libertar do patamar de preocupação; e, por outro, através das aspirações latentes incitando a mais participação, quer no país de origem, quer naquele onde se estabelece. Tal atitude verifica-se, por exemplo, na procura da possibilidade de votar politicamente e na reivindicação do ensino da língua materna dos pais, comprometendo igualmente os dois países.

Praticamente, o empurrão para sair o mais cedo possível do estado de necessidade, ele mesmo consequência da óptica do provisório e de situações socioeconómicas específicas, é por sua vez a razão da duração deste estado de necessidade, precisamente porque coexiste com o facto de no seio da migração haver como que uma atitude de protesto implícita ou explícita, ao lado de um comportamento de concessão. Frequentemente, em terras de imigração, os migrantes são assolados pela ideia de que não vivem no seu país e que, de algum modo, até têm uma dívida de gratidão para os que os receberam, pois só assim conseguiram sair mais rapidamente de uma situação de grandes necessidades. Desta maneira, consideram frequentemente a sociedade receptora de "mãe", que os soube acolher no seu seio e lhe proporcionou os meios para realizarem os seus projectos e a de origem de "madrasta", que os "expulsou" de muitas prerrogativas pessoais, familiares e sociais.

10. Investimento familiar na poupança

> *Para cumprir a função de medir, trocar, representar valores, o dinheiro deverá ele mesmo ser um valor, ou poderá contentar-se em ser simplesmente um sinal, um símbolo, desprovido do seu próprio valor: tal uma senha que representa valores sem ser da mesma essência que eles.*
>
> G. Simmel

Os projectos migratórios, entre outros aspectos, caracterizam-se por uma preocupação de poupança, deslocando para o futuro a realização de muitas aspirações (M. E. Leandro 2004, Silva 1998). De algum modo, pode dizer-se que os migrantes vivem frequentemente num presente adiado, dado ser no futuro que inscrevem múltiplas realizações: viver numa casa grande e dotada de conforto moderno, alcançar o sucesso escolar e profissional dos filhos, aceder a lazer de melhor qualidade, viver uma vida menos pautada por horários rígidos, de maior à-vontade económico, de que toda a família possa beneficiar.

De início, as possibilidades são mais orientadas para o material, procurando encontrar meios e mobilizar as energias que lhes permitam sair dos comportamentos de preocupação para dar resposta à satisfação das necessidades essenciais, mas também construir a casa na sociedade que deixaram lá longe e que continua presente, comprar o automóvel, amealhar um pecúlio que lhes permita acumular recursos para necessidades futuras, próprias ou da família uma vez que umas se imbricam nas outras, e quiçá regressar rapidamente a Portugal. Optam, então, por adiar a vivência quotidiana, postergando

melhores condições de vida no futuro, de regresso ao torrão natal. Estas prerrogativas encontrámo-las tanto entre os portugueses nos países indicados como nos migrantes dos países de Leste no distrito de Braga. Entre estes últimos, alguns efeitos destas condutas reflectiam-se na saúde, tendo em conta as restrições alimentares que faziam para poderem investir na poupança (M. E. Leandro *et al*. 2002b). Comportamentos desta natureza reflectem necessariamente as condições contraditórias da existência familiar nestes contextos, em busca de melhores condições e modos de vida, frequentemente mais adiados para o futuro, e a lógica de um presente de mais privações, sobretudo de bens culturais e relações sociais mais abertas.

A este propósito, importa também ter presente o facto da consciência latente do risco que os poderá ameaçar, tendo em conta uma certa precariedade e insegurança que acompanha a vida do migrante. Pense-se tão-só na ameaça de desemprego, nos fenómenos de xenofobia, quiçá de racismo, nas aspirações frustradas que puseram no bom futuro para os filhos (investindo num "bom diploma escolar" ou num bom emprego) e depois o aumento do desemprego para os jovens, até mesmo com diploma universitário, podendo fazê-los cair pelo menos numa certa "miséria moral" (E. Durkheim (1985 [1897]) e na revolta. Fenómenos desta natureza não têm faltado em França, praticamente desde os anos noventa do último século, tornados visíveis nos célebres distúrbios da "Banlieue". Outro tanto se diga sobretudo das mulheres que, tendo trabalhado toda a vida e tendo feito poucos descontos para a segurança social, ou porque os patrões lho negaram ou elas idealizavam, assim, poderem amealhar mais dinheiro no imediato e realizarem rapidamente as suas aspirações, se encontram agora na idade de deixarem o trabalho profissionalizado quase na "penúria", em termos de direitos sociais relativos à reforma. Quando muito, apenas conseguem aceder à reforma mínima. A situação pode ser ainda mais complexa para as que não formaram uma família de procriação. Daí que continuem a trabalhar até que as forças lho permitam.

Com efeito, a ausência de condições materiais e sociais seguras e de soluções alternativas que tendem cada vez mais a assolar os migrantes serve para fazer evitar o risco de ter de pagar por si mesmo e inteiramente o preço de um investimento mal sucedido no tempo e no espaço. Esta lógica da capacidade de poupança pode também ter por consequência o desenvolvimento e a preservação no migrante de uma atitude de "conservadorismo de necessidades condicionadas", o que põe frequentemente em causa uma maior abertura social e participação em grupos dinâmicos que se empenham na mudança da situação, fechando-se mais na família e nos grupos de amigos e conhecidos.

A relação com a sociedade traduz-se sobretudo no plano da "integração instrumental e funcional", manifesta através da vontade de aceder aos bens e aos serviços oferecidos pela sociedade: trabalho, alojamento, transportes, saúde, segurança social, aprendizagem da língua, escola para os filhos. Torna-se, então, mais difícil a passagem à "integração cultural e de participação", isto é, a interiorização de novos sistemas de valores, normas e aspirações ou ainda de mais interesse, quiçá empenhamento associativo, também fora da "comunidade de origem", político, sindical, em movimentos sociais e… Enfim, uma "integração de aspiração" em que o adulto decide ligar o seu

futuro e o dos filhos aos projectos de futuro do grupo como membro de parte inteira da sociedade. É o que J. Costa-Lascoux (1989) designa de "ser um com os outros".

Neste sentido, sobretudo a partir da segunda forma acabada de referir, há possibilidade de ultrapassar o limiar de uma vida precária. A integração já não se limita à resolução das necessidades mais elementares nem à estrutura económica e profissional. Conduz, antes, a uma maior participação na vida da sociedade onde vivem, ainda que seja através da participação em actividades comunitárias capazes de fazerem a ponte com o contexto social envolvente, como acontece frequentemente com os mais velhos. As famílias funcionam também como sujeitos-actores de socialização, dado que não só transmitem elementos de socialização aos mais novos como vão elas também integrando nos seus próprios valores muitos dos modelos socionormativos e culturais da sociedade onde vivem. Mas aqui também há actores mais intervenientes do que outros. As mulheres e os filhos aparecem numa situação privilegiada devido a manterem relações mais abertas e mais profundas com o meio envolvente. As primeiras através da profissão, mais directamente em contacto com os autóctones, do consumo para sustento da vida quotidiana e das novas tarefas sociais e administrativas que desempenham na família. Por sua vez, os filhos, através da escola e num processo de socialização societal mais amplo, introduzem na família novos valores e maneiras de agir.

Uma tal integração leva a uma mudança qualitativa do "comportamento de preocupação" que não se traduz mais pelo "medo" de não poder satisfazer as necessidades-obrigações essenciais (um medo que prende o migrante, através do emprego, à evolução conjuntural do mercado de trabalho), mas que se formula em termos de "competição" na prestação de serviços qualificados e diferenciados em resposta à "procura" da comunidade-cliente. É sobejamente conhecido, e com maioria de razão em Portugal, dadas as altas qualificações escolares e profissionais dos migrantes dos países de Leste, que a concorrência com os autóctones não tem sido favorável aos primeiros que, na generalidade, continuam a trabalhar nos sectores tradicionais de trabalho para imigrantes: construção civil e obras públicas para os homens e serviços a particulares para as mulheres, pois não lhe têm sido reconhecidas as suas habilitações, aliás, uma das suas profundas aspirações como nos relatam os nossos interlocutores. Daí um certo "desencanto" em relação às aspirações elaboradas antes da emigração, aos valores, aos problemas que não podem ser imediatamente traduzidos em resultados práticos.

11. Conclusão

Neste trabalho, entre outros aspectos, importa realçar três vertentes muito importantes relacionadas com as famílias e as mulheres das migrações internacionais. A primeira prende-se com a capacidade de iniciativa, procurando romper com uma vida de privações pessoais e familiares, encontrar trabalho que permita construir a autonomia pessoal e familiar, formar uma família ou proceder ao reagrupamento familiar e adquirir uma casa para habitar, melhorando simultaneamente as condições familiares.

Nestas trajectórias procuram-se simultaneamente autonomias pessoais, designadamente femininas, familiares e económicas. A segunda vertente prende-se com a elaboração de estratégias conducentes à libertação de múltiplos tipos de amarras ou constrangimentos (económicos, sociais, ideológicos, culturais), ou seja, procuram encontrar-se meios que permitam aceder a uma vida melhor, tanto ao nível pessoal como familiar. Neste sentido, aspirações pessoais e familiares articulam-se. No que às mulheres diz respeito, paradoxalmente, nos primeiros tempos, consegue-se aliar uma "certa nostalgia" da terra natal, sobretudo no que de melhor lá se viveu, e o "prazer singular" de uma certa individuação que releva de uma "autonomia económica e de género adquirida" com vontade, esforço e estratégias singulares, que não questionam menos "a emancipação conquistada".

Sem sombra de dúvida que tal situação vai produzir efeitos no interior da família. Daí que a condição de esposa e mãe não seja incompatível com a de sujeito-actor do seu próprio destino e dos seus familiares, podendo contribuir para uma nova reorientação da sua própria vida e da sua família. Os homens, sem ficarem imunes à mudança, tendem a oferecer mais resistência, até porque, em certos aspectos, aparecem como perdedores. Um dos aspectos que procurámos mostrar é que a procura de autonomia das mulheres das migrações internacionais passa simultaneamente pela sua condição de agentes sociais e membros de uma família. De qualquer modo, a acção da família, ainda que não seja sistematicamente oposta à da sociedade e vice-versa, nem sempre dá azo a uma harmonia preestabelecida entre as concepções e as práticas familiares e os valores transmitidos por outras instâncias de socialização, mormente a escola, os *mass media* e o contacto quotidiano com o meio envolvente.

Haverá ainda lugar para dizer que, à semelhança da família da "modernidade inacabada", nos contextos migratórios, designadamente as famílias mais ocidentalizadas, envereda-se cada vez mais por uma família de tipo associativo, ou seja, um grupo mais desinstitucionalizado, composto por indivíduos iguais em direitos e deveres, designadamente os cônjuges, que também partem à "descoberta de si" através do grupo familiar (F. De Singly 2000). Daí o investimento na valorização do futuro dos filhos, ao mesmo tempo que pensam assegurar o seu. Agora ou no futuro, espera-se que seja o estatuto adquirido pelos filhos, mesmo com a intervenção dos pais, e não o transmitido, que irá beneficiar tanto a família de orientação como de procriação.

Refira-se, pois, que as famílias das migrações elaboram "estratégias maternas e familiares" que legitimam, indubitavelmente, as suas decisões e práticas migratórias, doravante designadas de "voluntárias", ainda que não perfilhem qualquer ideologia de tipo voluntarista. Nem tudo é possível no mesmo momento e contexto social para todos. Basta, por exemplo, que o capital de experiência e de relações sociais do passado e do presente sejam diferentes para fazer mudar muitas situações que podem parecer similares. Perante estas lógicas, longe de dizer que uma aspiração individual de emancipação constitui o principal projecto que anima as mulheres, defende-se que outros do fórum familiar aí estão deveras intricados: nomeadamente, o de melhorar o capital escolar e sociocultural dos filhos, no que se refere aos portugueses nos países estudados. Em contrapartida, os migrantes dos países de Leste em Portugal desejam também esta

promoção, mas ao mesmo tempo para eles e para os filhos, tendo em conta o elevado capital cultural que muitos já possuem. Assim, o que os pais mais parecem aspirar no presente é a sua própria promoção profissional, o que se inscreve mais numa linha de transmissão do que gostariam para os filhos. No caso dos portugueses, sobre este aspecto bem concreto, procura-se mais a mobilidade social, transmitindo embora muitos outros elementos culturais, familiares e sociais.

Perante a complexidade destas situações, neste trabalho tivemos em conta aspectos como o processo de aquisição da autonomia pessoal, familiar e social, os efeitos que daí decorrem e quem são os seus principais actores, as vantagens retiradas da profissão e do acesso a mais capital económico e social, as modificações dos papéis de género e atribuição de tarefas familiares, a importância da aprendizagem da língua do país de residência, a qualidade das relações com o contexto social envolvente e quem estabelece as respectivas mediações, a importância e gestão do dinheiro na família, a passagem de comportamentos de "necessidade por preocupação" ao de "necessidade de consumo livre", os casamentos binacionais favorecendo o processo de integração social, a importância das transmissões familiares e sociais, a promoção social, a saúde, a mobilização da família em favor do futuro dos filhos, entre outros. Em todas estas situações, pesem embora as importantes modificações introduzidas (não fora a passagem, em alguns casos, de uma sociedade pelo menos de comunidades locais monoculturais a sociedades pluriculturais e ultramodernas), nem por isso deixa de haver ainda traços culturais anteriores que continuam a persistir.

Pode então apreender-se, para as mulheres e para as famílias em geral, o contexto migratório como espaço possível de realização de aspirações relativas à autonomia pessoal e familiar e de recomposição de tarefas e papéis familiares, mas em situações bem diferentes do passado e sobretudo a assunção de tarefas que antes se afiguravam vedadas às mulheres e até aos filhos em idades ainda precoces. Pode ainda dizer-se que na comunicação intrafamiliar e inter-societal estabelecem-se pontes para dinâmicas singulares nos contextos que aqui analisámos. Sob o ponto de vista teórico, trouxemos para aqui um olhar interdisciplinar que, fazendo sobretudo apelo à sociologia, à antropologia, à psicossociologia e à economia, nos permite ligar as problemáticas do indivíduo, da família e da sociedade em contextos migratórios, abrindo perspectivas de reflexão mais generalizada acerca dos mecanismos de pensamento, de aprendizagem, de abertura, de mudança e de articulação entre o tradicional e o moderno, o passado, o presente e o futuro, o(s) estrangeiro(s) e os autóctones, o género e a família, tendo presente a dinâmica de poder ser sujeito-actor da sua própria história e da sua família em contextos migratórios diversificados. O sentido plural da permuta afigurou-se como uma questão transversal deste trabalho. Daí a importância que atribuímos à "escuta do outro" imigrante ou não, que caracteriza o homem civilizado, duma sociedade cidadã, que se pretende harmoniosa. Se assim fosse, decerto que muitas das hierarquias de género, de condição e pertença social, geográfica, política e cultural entre os povos deixariam de ter o relevo que têm.

Referências bibliográficas

ABOU, Selim (1981), *L'Identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris, Anthropos.

ALMEIDA, A. Nunes de e VIEIRA, Maria M. (2006), *A Escola em Portugal*, Lisboa, ICS (Col. "Breve Sociologia").

BALANDIER, George (1988), *Le Dédal. Pour en finir avec le XXème siècle*, Paris, Fayard.

BACHELARD, Gaston (1984 [1954]), *La Poétique de l'espace*, Paris, PUF (Coll. « Quadrige »).

BOURDIEU, Pierre (1962), "Célibat et condition paysanne", *Études rurales*, n.º 5-6, pp. 32-135.

BRANDÃO, Maria de Fátima (1994), *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento (Col. "Biblioteca das Ciências do Homem").

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1977 [1956), *La Vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris, CNRS.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël Gonthier.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1975), *La Culture et le pouvoir*, Paris, Stock/Monde ouvert.

COSTA-LASCOUX, Jacqueline (1989), *De l'immigré au citoyen*, Paris, La Documentation Française.

COURGEAU, Daniel (1988), *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migrations internes, mobilité temporaire, navette*s, Paris, INED.

CUNHA, Carmen (1995), *As Cartas de Chamada e o Reagrupamento Familiar*, Dissertação de Mestrado de História das Populações, Universidade do Minho.

DE SINGLY, François (1996), *Le Soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.

DE SINGLY, François (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.

DELCROIX, Catherine (1996), *Médiatrices dans les quartiers fragilisés : le lien*, Paris, La Documentation Française.

DE WENDEN, Catherine (1999), *Faut-il ouvrir des frontières ?*, Paris, Presse de Sciences Po.

DURKHEIM, Emile (1975), *Textes. 3. Fonctions sociales et institutions*, Paris, Ed. De Minuit.

DURKHEIM, Emile (1985 [1897]), *Le Suicide*, Paris, PUF.

DUVIGNAUD, Jean /1986), *La Solidarité. Liens de sang, liens de raison*, Paris, Fayard.

ENGELS, Friedrich (1973), *La Situation de classe laborieuse en Angleterre*, Paris, Editions Sociales.

GEORGE, Pierre (1979), *As Migrações Internacionais*, Lisboa, D. Quixote.

GOFFMAN, Erving (1982), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar.

HALBWACHS, Maurice (1913), *La Classe ouvrière et les niveaux de vie*, Paris, Félix Alcan.

JOAQUIM, Teresa (2006), *Cuidar dos Outros, Cuidando de Si*, Lisboa, Livros Horizonte.

LAZORTHES, Guy (1993), *Sciences humaines et sociales. L'homme, la société et la médecine*, Paris, Masson.

LEANDRO, Maria Engrácia (1992), *Au-delà des apparences. Étude comparative de l'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Tese de doutoramento, Université René Descartes, Sorbonne Paris V.

LEANDRO, Maria Engrácia (1995a), *Au-delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Paris, l'Harmattan (Coll. « Migrations et sociétés »).

LEANDRO, Maria Engrácia (1995b), *Familles portugaises. Projets et destins,* Paris, l'Harmattan (Coll. « Migrations et sociétés »).

LEANDRO, Maria Engrácia e LEITE , Carolina (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *in Dinâmicas Multiculturais. Novas faces, outros olhares*, pp. 175-189, Vol. II, Edições do Instinto de Ciências Sociais (Col. "Estudos e Investigações").

LEANDRO, Maria Engrácia (2000a), « La réinstallation de familles portugaises dans le Minho », *in* DE VARINE, Béatrice, *Lieux de vie et circulations des portugais de France*, pp. 36-66, Monterrat, Interaction France-Portugal.

LEANDRO, Maria Engrácia (2000b), "A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais", *Cadernos do Noroeste*, 1, pp. 5-30.

LEANDRO, Maria Engrácia *et al*. (2002a), "Os males do corpo em terra estrangeira" *in* M. E. LEANDRO, M. LOBO, M. S. COSTA (orgs.), *Saúde. As teias da discriminação social*, pp. 181-210, Braga, ICS.

LEANDRO, Maria Engrácia (2002b), "Recomposição identitária e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg", *Humanística e Teologia*, 23, pp. 287-346.

LEANDRO, Maria Engrácia (2002c), "Língua, identidade e pluriculturalidade. A situação dos portugueses na Alemanha e em França", *Anais Universitários. Ciências Sociais e Humanas*, n.os 11 e 12, pp. 187-219.
LEANDRO, Maria Engrácia e LEANDRO, Ana Sofia (2002) "Sociedades em mutação e processos identitários", *Cadernos do Noroeste*, 5, pp. 11-38.
LEANDRO, Maria Engrácia (2004), "Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios. Uma perspectiva analítica", *Análise Social*, 17, Vol. XXXIX, pp. 95-118.
LEVI-STRAUSS, Claude (1967 [1947]), *Les Structures élémentaires de la parenté*, Paris, Mouton.
MANRY, Véronique (2005), « Les mobilités féminines maghrébines dans l'espace euro-méditerranéen : quand Fatima, Assia, Meryem et les autres prennent la route », *Migrations Sociétés*, Vol. 17, n.º 99-100, pp. 201-213.
MAUSS, Marcel (1968 [1950]), *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF.
MEAD, Margareth (1971), *Le Fossé des générations*, Paris, Denoël Gonthier.
NOIRIEL, Gérard (1988), *Le Creuset français*, Paris, Seuil.
PARK, Robert *et al*. (1969 [1921]), *Old World Trais Transplanted. Americanization Studies,* New York, Pareson-Smith.
PAVAGEAU, Jean *et al*. (sous la direction de) (1997), *Le Lien social et l'inachèvement de la modernité*, Paris, L'Harmattan/ARCI.
PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento (Col. "Biblioteca das Ciências Socais").
PONTY-MERLEAU, Michel (1971), *Existence et dialectique*, Paris, PUF (Coll. « SUP »).
PORTUGAL BRANCO, Jorge (2003), « Une ou des lusodescendants ? Les rencontres européennes de lusodescendants », *Recherche en Anthropologie au Portugal*, n.º 9, pp. 37-45.
RIBEIRO, Manuela, SILVA, M. C., SCHOUTEN, M. J., RIBEIRO, F. B., SACRAMENTO, O. (2007), *Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto, Afrontamento.
RIESMAN, David (1964), *La Foule solitaire*, Paris, Arthaud.
ROUSSEL, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
SAHLINS, Marshall (1976), *Age de pierre, âge d'abondance : l'économie des sociétés primitives*, Paris, Gallimard (Coll. «Bibliothèque des sciences humaines »).
SAPIR, Edgar (1967), *Anthropologie*, Paris, Seuil (Coll. « Points »).
SEGALEN, Martine (2002), *Jeux de famille*, Paris, CNRS.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento
SIMMEL, George (1990), «Digressions sur l'étranger », *in* CRAFMEYR, Yves *et al*. (sous la direction de), *École de Chicago*, Paris, Aubier, pp. 53-59.
TABOADA LEONETTI, Isabel *et al*. (1978), *Femmes et immigrés*, Paris, La Documentation Française.
THOMAS, Louis-Vincent (1975), *Anthropologie de la mort*, Paris, Fayard.
THOMAS, Louis-Vincent (1984), *Les Fantasmes au quotidien*, Paris, Méridiens Klincksieck.
THOMAS, Louis-Vincent (1988), *Anthropologie des obsessions*, Paris, L'Harmattan.
THOMAS, Louis-Vincent (1991), *La Mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris, l'Harmattan.
THOMAS, William and ZNANIECK, Florian (1996 [1918], *The Polish Peasant in Europe and America*, Chicago, University of Illinois Press.
TRINCIA, Luciano (2001), « L'immigration italienne en Alsace-Loraine jusqu'à la première guerre mondiale », *Migrations Société*, Vol. 13, n.º 75-76, pp. 9-21.
WEBER, Max (1964), *L'Ethique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.
ZAIDMAN, Claude e BACHELET, Prisca (2003), "Genre, travail et migrations en Europe" *in* M. HERSENT e C. ZAIDMAN (sous la direction de), Cahiers du CEDREF, n.º 10, pp. 9-22.